



Associação Conquistas da Revolução

FOLHA INFORMATIVA **NÚMERO ESPECIAL** ABRIL 2021 WWW.CONQUISTASDAREVOLUCAO.BLOGSPOT.COM

companheiro **vasco**

*evocação e homenagem no
centenário do seu nascimento*

Caros associados

É com muito orgulho que me dirijo a vós nesta Folha Informativa, magnífico repositório que é de testemunhos da acção libertadora e criadora da Revolução de Abril de 1974, que teve inquestionavelmente em Vasco Gonçalves um dos seus mais destacados protagonistas.

Aos autores dos textos e aos criadores da imagem gráfica e composição, as nossas saudações revolucionárias e o nosso profundo agradecimento pela magnífica oportunidade que criaram: a uns, de recordarem com saudade o que foi o período mais belo da nossa história; a outros conhecerem melhor o nosso passado recente e a heroica gesta que o tornou possível; e a todos aprendermos mais sobre o Homem, o militar de Abril, que soube, como nenhum outro, sonhar o sonho do seu povo.

Para nós Associação Conquistas da Revolução, comemorar o Centenário do Nascimento do General Vasco Gonçalves é acreditar nas proféticas palavras que nos legou:

“O futuro com que sonhei não é cada vez mais saudade, é, sim, cada vez mais, necessidade imperiosa. Assim o povo o compreenda.”

Estamos a fazê-lo com empenhamento de todas as nossas capacidades - num contexto difícil, fruto da situação de emergência imposta pela pandemia que nos assola – mas esperançados em conseguir concretizar o Programa que a seu tempo divulgámos.

Estamos conscientes das nossas limitações face à grandeza do Homem que nos propomos homenagear, mas fazemo-lo por convicção e solidariedade revolucionária e na certeza de que a História não deixará de julgar a enormidade do ostracismo a que foi votado pelos poderes constituídos e por uma comunicação social ao serviço dos poderosos. Uns e outros apostados em apagar o óbvio:

Vasco Gonçalves foi o Primeiro-Ministro de quatro, dos seis, Governos Provisórios, a quem coube fazer renascer Portugal.

Baptista Alves
Presidente da Direcção
da Associação Conquistas da Revolução

Vasco ao nosso lado

Lá do alto da Margueirinha olho mais uma vez, mil vezes, as paredes destruídas das fábricas de cortiça em Almada. Gente que ali trabalhava e foi lutadora. Depois o olhar prende-se no pórtico da Lisnave, nas imensas instalações de edifícios, docas, locais de trabalho de cerca de dez mil trabalhadores que eram rios de luta quando se tornava necessário ir a Lisboa e demonstrar que a Revolução de Abril avançava e exigia liberdade, direitos e cidadania.

Rios e afluentes de intervenção, de cultura, de aprendizagem e de participação transformadora. Forças políticas consequentes, sindicatos e outras estruturas dignas da revolução, que não se ajeitaram nem traíram. Depois da juventude imensa e dos rasgões na noite cruel, salazarista, veio o terrorismo, o golpe, a ameaça extrema da “comuna de Lisboa” que militares e civis revolucionários e coerentes combateram, face ao golpe contra-revolucionário de 25 de Novembro de 1975 que Soares e outros queriam mortalmente definitivo para a Revolução de 25 de Abril de 1974.

General Vasco Gonçalves. Continuas exemplar e afirmativo na luta do povo português e nos testemunhos que aqui deixamos. Estás ao nosso lado com honra, transparência e força. Ainda aí continuas as tuas intervenções, as raízes populares e os movimentos de entrega, de dignidade, de surpreendente clareza democrática e revolucionária. Vejo a tua imagem de Vasco sorridente e esperançoso colada no tractor que rasga a terra da Cooperativa Vasco Gonçalves, em plena Reforma Agrária, em Ouguela e no Alentejo imenso e revolucionário, quando já se resistia à ignomínia dos Soares e Barretos, dos que traíam e destruíam o que poderia ter sido diferente, culto e inovador para quem tinha fome de justiça e queria produzir e mudar um país atrasado, com um povo que não virava a cara a dificuldades e a exigências colectivas e transformadoras.

Temos exemplos imensos e diferentes no presente e no passado, de grandes e históricas pessoas que estiveram e estão sempre com os mais pobres e desapossados. Aí se inscreve o teu nome, com a Aliança Povo-MFA que continuamos. Com a sabedoria de viver em paz e em luta, para abrir mais e mais o futuro que merecemos e queremos construir.

Modesto Navarro
Vice-presidente da Direcção
da Associação Conquistas da Revolução

Golpe Militar e Revolução

A Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974, realizada em plena Guerra Fria, questionava três formas de exploração normalmente não coincidentes que era o capitalismo, o fascismo e o colonialismo.

A liderança do gigantesco combate a estas três forças, só poderia caber a uma figura que como disse Fernando Pessoa, “Não há homens salvadores. Não há messias. O máximo que um grande homem pode ser, é um estimulador de almas, um despertador de energias alheias”.

Chamava-se Vasco Gonçalves.

Mas este homem que participou no Movimento dos Capitães, depois MFA, membro da respectiva Comissão Coordenadora, Conselheiro de Estado, Membro do Conselho da Revolução e 1.º Ministro de 4 Governos Provisórios, para além de ter sido o militar mais graduado do Movimento, não teve este percurso por acaso. Engenheiro Militar possuía uma experiência revolucionária e política relevantes. Conhecia os clássicos marxistas e compreendeu as sutilezas do materialismo histórico. Em Março de 1959, esteve integrado no Golpe da Sé no turbilhão do caso Humberto Delgado.

Era um homem de cultura, estudioso da matemática, amante da literatura e apreciador de música. Perante os seus camaradas começou a ser apontado como militar sensato para quem a política, a moral e a ética eram inseparáveis, sem que tal implicasse fraqueza ou ingenuidade.

Já após o golpe militar de 25 de Abril, foi com naturalidade que foi indigitado para substituir Palma Carlos e assumir o cargo de 1.º Ministro do 2.º Governo Provisório.

Nos contactos que tinha com os militares nas Assembleias do MFA, acabava por empolgar o auditório tal era a sua autenticidade, mantendo sempre intactos a sua fidelidade aos princípios que sempre defendia, ao projecto de sociedade pela qual lutava, não sendo despicienda a defesa intransigente da soberania nacional.

Ao longo dos seus mandatos como 1.º Ministro, conduziu uma Revolução com ligação entre o povo e o MFA para dar cumprimento aos desígnios contidos no Programa do MFA.

Destes, um dos mais delicados era a Descolonização. Vasco Gonçalves sempre entendeu que “o fascismo e o colonialismo não podiam conceder a autonomia e a independência aos povos coloniais. O que nós pretendíamos era encontrar uma solução política para a Guerra Colonial. E a única solução política consistia no reconhecimento do direito à autonomia e à independência de todos os povos coloniais. Esse era o nosso objectivo fundamental”.

O vosso contributo financeiro é indispensável para a actividade da Associação!
Apelamo-vos, por isso, que paguem a vossa quota! Podem fazê-lo por Transferência bancária para o IBAN **PT50 0035 2178 0002 9245 6304 6** ou por depósito para a conta da Caixa Geral de Depósitos: **2178 0292 4563 0** Sugere-se a visita ao site **www.conquistasdarevolucao.pt** e ao blogue da Associação **www.conquistasdarevolucao.blogspot.com** onde são publicados os comunicados e anunciadas as iniciativas da Associação.

Vítima de deslealdades, traições e calúnias não vacilou e foi capaz de responder às necessidades mais prementes do nosso povo, combatendo e identificando as injustiças sociais mais flagrantes do regime fascista e assim lançando os alicerces para a construção de uma sociedade nova.

Foi neste período que sucederam as grandes transformações democráticas da sociedade portuguesa e o reconhecimento dos direitos fundamentais dos cidadãos, a que chamamos Conquistas da Revolução e que em grande parte, foram transpostas para a Constituição da República.

Em título de balanço disse Vasco Gonçalves: “Por exemplo, a nacionalização da banca, a nacionalização dos seguros, a nacionalização dos principais sectores básicos da produção industrial, a nacionalização das principais empresas de transportes e comunicações, a Reforma Agrária baseada em unidades colectivas de produção, o controlo operário, os direitos cívicos, sindicais, laborais e políticos dos trabalhadores. Todas estas conquistas e direitos foram-se alcançando e foram modificando as estruturas económicas. Quando se nacionalizaram a banca e as finanças, os seguros e os sectores básicos da produção, começa-se a caminhar por uma via de transição para o socialismo”.

Como o conheci muito bem e para fazer justiça à sua dimensão, permito-me recorrer a Shakespeare:

“A sua vida foi digna e os elementos de tal modo nele se combinaram que a natureza podia erguer-se e proclamar ao mundo inteiro: este era um homem”.

Manuel Begonha
Presidente da Assembleia-Geral
da Associação Conquistas da Revolução



Edição: Associação Conquistas da Revolução
Coordenação: Modesto Navarro
E-mail: acr.secretaria@conquistasdarevolucao.pt
Depósito Legal: 360191/13

Associação Conquistas da Revolução

Em memória de Vasco Gonçalves

Pedro de Pezarat Correia

Quando, em 1950, ingressei na Escola do Exército, a disciplina naquela escola superior militar assentava numa relação distante e fria dos oficiais, professores, instrutores ou do enquadramento do Corpo de Alunos, para com os cadetes. Havia, como em tudo, exceções, os que cultivavam uma maior proximidade de camarada graduado e mais velho e eram, por isso, estimados pelos cadetes. Um desses chamava-se Vasco Gonçalves, jovem tenente de Engenharia, assistente da cadeira de Fortificação. A função favorecia essa proximidade, nas aulas práticas de organização do terreno o professor envolvia-se com os alunos nos trabalhos com baldes, pás e picaretas (“baldes” era a sua alcunha). Mas o que o distinguiu era o seu caráter, personalidade simples, autêntica, afetiva, solidária. Foi com esta a imagem, a de “uma carta fora do baralho”, que se impôs àquela geração de cadetes.

Em 1954-57 em Goa, na minha primeira comissão nas colónias, encontrei Vasco Gonçalves, capitão. Sem qualquer relação funcional, ele em Pangim eu na zona de Mormugão, cruzávamo-nos às vezes, com mútuo agrado, nas minhas esporádicas idas à capital. E chegou-me a notícia, que circulou com algum “escândalo”, da atitude que assumira contra violências de militares sobre pacíficos manifestantes *satiagrahis*, que presenciara quando em missão na fronteira. Vasco Gonçalves não transigiu, não fingiu que não via e foi firme contra tais excessos.

Mais tarde, quando do “Golpe da Sé” em março de 1959 na sequência da fraude que “elegeu” Américo Tomaz e da humilhação a que Humberto Delgado foi sujeito, que não passou de uma tentativa frustrada e no qual, por razões várias, fui sondado mas não tive participação ativa, soube que também Vasco Gonçalves esteve implicado. Sem surpresa. Nas sucessivas mobilizações para a guerra colonial que se seguiram nunca mais nos cruzámos. Mas ia sabendo dele, através de camaradas de Engenharia que estiveram em unidades por si comandadas em Angola e Moçambique e não lhe poupavam elogios.

E assim, em Angola em 25 de Abril de 1974, ao saber que o coronel Vasco Gonçalves era o camarada mais graduado da Comissão Coordenadora do MFA, senti-me feliz e confortado. E bem acompanhado!

O conteúdo progressista do Programa do MFA logo transformou o golpe de estado militar num processo revolucionário. Com o II Governo Provisório (GP), em 17 de julho de 1974, o MFA é chamado ao desempenho de funções governativas e Vasco Gonçalves

assume o cargo de primeiro-ministro, que manteve nos III, IV e V GP, até 19 de setembro de 1975. Foi o período criativo, mas conturbado, do PREC, da radical rotura na sociedade portuguesa que o 25 de Abril tornara inevitável. Mas que, uma constante em todas as roturas revolucionárias, também cavaria dramáticas cisões no seio do MFA entre diferentes perspetivas sobre o rumo e o ritmo da revolução. À convergência no derrube da ditadura sucedeu a divergência das opções ideológicas. 28 de setembro de 1974, 11 de março e 25 de novembro de 1975, foram as datas mais dolorosas de um processo que a contrarrevolução explorou e poria fim à intervenção política institucional de Vasco Gonçalves. Eu próprio me vi, a partir do “verão quente” de 1975, em discordância e dissidência com ele, nunca estando em causa o respeito pela sua coerência, honestidade, dedicação à causa pública, a ambição por uma sociedade mais justa que pusesse fim aos privilégios dos que sempre beneficiam com a exploração do homem pelo homem.

A História registará que foi com os seus governos que, sem nunca se por em causa o valor fundamental da liberdade, se cumpriram as primeiras eleições plenamente livres e democráticas em Portugal, se pôs termo à guerra colonial nas três frentes africanas, se deram os passos decisivos para reconhecimento do direito à independência dos povos das colónias, se tomaram medidas para uma reforma agrária na área do latifúndio, para o fim dos monopólios com que uma oligarquia dominava a grande finança e a grande indústria, se promoveu o poder regional e autárquico, se formalizaram deveres essenciais de cidadania com a institucionalização dos partidos políticos, sindicatos, cooperativas, associações socio-político-culturais, com a garantia da liberdade de imprensa. Foi com os seus governos que Portugal saiu do *ghetto* em que a ditadura do Estado Novo o tinha fechado, ostracizado pela maioria da comunidade internacional, abrindo-se ao mundo e tornando-se um país respeitado em todos os quadrantes.

Estes são marcos que a Constituição da República de 1976, das mais avançadas da época e matriz do regime saído do 25 de Abril, acolheu. Aprovada meses depois de Vasco Gonçalves ter deixado de ser primeiro-ministro, fora inspirada nos avanços políticos e sociais ocorridos durante os seus governos.

Os sucessivos poderes constitucionais foram descaracterizando muito do que a Constituição de 1976 tinha de inovador. O que de essencial ainda nela resta é herança do criativo “período MFA”, e este inclui os governos Vasco Gonçalves.

A contra-revolução a norte

Jorge Sarabando

A Revolução tinha nascido há poucos meses quando Vasco Gonçalves fez a sua primeira visita ao Porto como Primeiro-ministro. Comemorava-se o 5 de Outubro e Vasco falou da varanda da Câmara, rodeado de democratas da cidade, para uma multidão entusiasta que transbordava a Avenida dos Aliados e ruas confluente.

Dias antes falhara o golpe caudilhista de Spínola, a jovem democracia saíra fortalecida e Vasco reiterava o compromisso de honra do MFA em cumprir o seu Programa e apelava à participação de todos no “dia de trabalho para a nação”, a realizar no domingo seguinte.

A aliança Povo-MFA parecia funcionar em pleno e os traços de fractura mal transpareciam. Mas por pouco tempo.

Adensavam-se as notícias inquietantes sobre fugas de capitais, sabotagem económica, abandono de empresas pelo patronato, redução inesperada das exportações. O Dec-lei n.º 660/74, que permitiu a intervenção do Estado nas empresas em dificuldades, e a nacionalização da Banca, sequente ao falhado golpe spinolista de 11 de Março, foram medidas essenciais para estancar a hemorragia, evitar o colapso da economia e garantir a estabilidade do emprego. A direita ligada ao grande capital jogava todo o seu peso na destruição da economia real e no descrédito dos Governos provisórios, para abrir caminho a soluções autoritárias e à erradicação da esquerda do Poder.

Só a União de Sindicatos do Porto, em colaboração com a Comissão Coordenadora da Banca no Norte, a funcionar no Banco de Portugal, prestou assistência técnica a mais de 100 empresas. Mas, em algumas empresas intervencionadas por má gestão e salvas do encerramento, os antigos donos reuniam gente para as recuperar à força, embora a grande maioria funcionasse normalmente. O Presidente da referida Comissão, Dr. Carlos Gomes, foi demitido sem explicações poucos dias depois do 25 de Novembro.

Nos campos levantava-se um clamor reclamando novas leis para o arrendamento, assim como para a gestão dos baldios. A Lei do Arrendamento Rural, de Abril de 75, foi um acto de justiça, mas os grandes proprietários, agrupados na CAP, de imediato convocaram manifestações, como em Braga e Viseu, onde exigiam a sua revogação.

No Alto Douro, a nova Comissão de Gestão da Casa do Douro combatia as fraudes, o favorecimento das grandes casas exportadoras do Vinho do Porto e tomava medidas de apoio aos pequenos produtores. Cedo os grandes interesses organizaram manifestações contra a Comissão de Gestão e o seu Presidente, o então Capitão Pardal, militar do MFA, seria afastado em 26 de Novembro, em função de um acto arbitrário do então comandante da Região Militar, brigadeiro Pires Veloso.

A falta de habitação condigna gerou uma forte mobilização das estruturas populares – a manifestação das comissões de moradores na baixa do Porto em 17 de Maio foi imensa, criativa –, e os Governos Provisórios deram passos concretos na construção de fogos sociais a um ritmo nunca antes visto. O SAAL e o CRUARB constituíram experiências inovadoras no plano do urbanismo, mas foram hostilizadas pelos interesses dominantes no imobiliário.

As autarquias já não eram meras agências do Poder central, ensaiavam modos de proximidade com as populações e de diálogo com instituições locais. Mas no verão quente a direita organizou manifestações junto de Câmaras Municipais visando a demissão de vereadores do PCP e do MDP, onde os houvesse. Conseguiram ou não, mas tentavam.

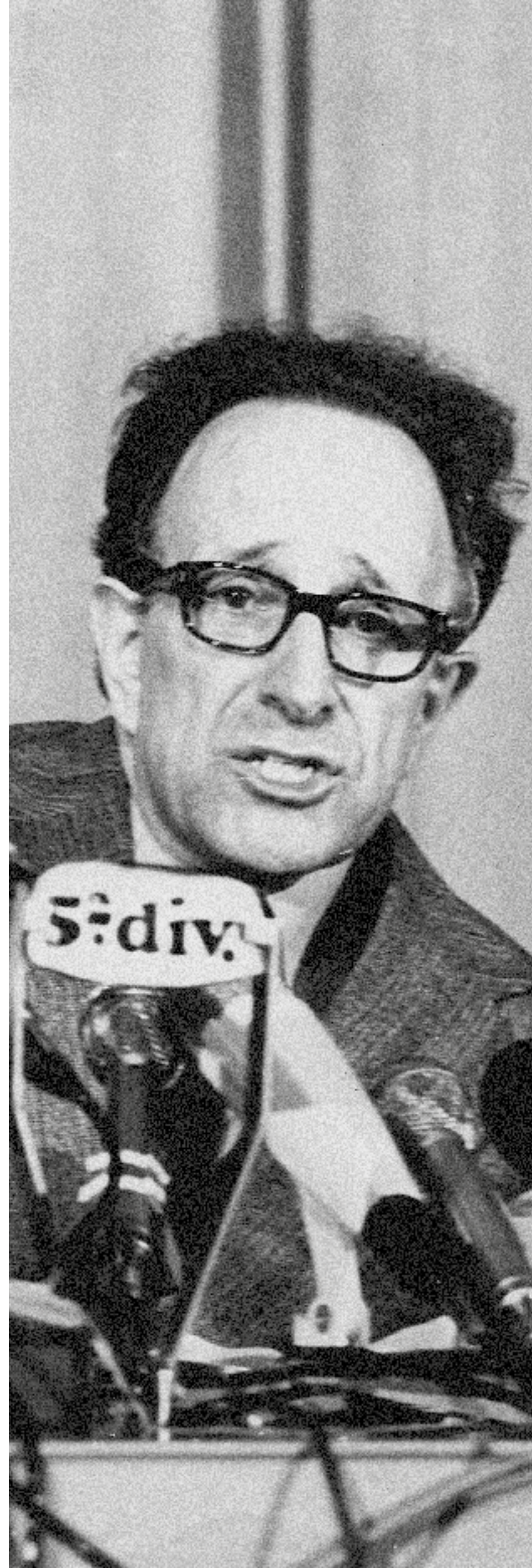
Nas escolas estabelecia-se a Gestão Democrática. O Serviço Cívico levou mais de 12 mil estudantes aos meios rurais, com úteis actividades nos domínios da educação, da saúde, do desporto. Mas estas e outras medidas do Ministério da Educação eram combatidas pelos grupos esquerdistas numa aliança informal com a direita.

O Serviço Médico à periferia deixou uma marca indelével entre os clínicos que o exerceram e a população que dele beneficiou. A dinamização cultural permitiu que o teatro, o cinema, a música, as artes plásticas, a literatura, rompessem círculos estreitos e vigiados e chegassem aos meios mais distantes. Uma explosão de liberdade, alegria, participação criadora.

Por estranho que hoje pareça, esta nova realidade gerou anti-corpos nos meios mais conservadores e uma onda de provocações, ameaças, calúnias. A Reforma Agrária, embora limitada à zona de latifúndio, no Alentejo e parte do Ribatejo, deu pretexto para que os caciques e alguns sacerdotes no Norte e nas Beiras lançassem atoardas, como as de que os comunistas iam “tomar conta das terras e do gado”, “levavam mulheres e crianças”, e outros dislates.

Os casos do jornal República e da Rádio Renascença, embora centrados em Lisboa, tiveram expressão no norte com grandes manifestações promovidas pelo PS e parte da Igreja Católica. Estava em curso a chamada “batalha da informação”, e são deste período os cercos ao Rádio Club Português e o frustrado assalto à filial do Diário de Notícias.

Entretanto, o Comandante da Região Militar Norte, Brigadeiro Corvacho, um dos principais responsáveis do 25 de Abril no Porto, foi afastado do comando no início de Setembro de 75, na sequência de uma conspiração de Comandantes, sendo substituído pelo já citado Brigadeiro Pires Veloso, cujas ligações à direita mais extrema-da em breve se tornariam patentes.



Erguia-se um País novo, a democracia dava os primeiros passos, profundas mudanças estavam em curso, mas havia quem se lhes opusesse ou as temesse.

Criou-se uma vasta fronda que ia do PS aos partidos da direita e extrema direita, sectores da hierarquia católica, saudosos do salazarismo, colonos inconformados, a que se juntavam em certos momentos partidos maoístas, como o MRPP ou a AOC. A consigna à sombra da qual todos se moviam era a de “a liberdade estar em perigo” e o País à mercê de uma “ditadura comunista” ou “social-fascista”.

É neste quadro que se desenrola a ofensiva da rede terrorista da extrema-direita, ELP, MDLP e associados, que se iniciou em Maio de 75 e se prolongou até Abril de 77. Com o comando em Madrid, protegidos pela ditadura de Franco e com largos financiamentos internos e externos, realizaram no País 566 acções, assim discriminadas:

310 atentados bombistas; 136 assaltos; 58 incêndios; 36 espancamentos; 16 atentados a tiro; 10 apedrejamentos.

Os alvos políticos foram, entre outros:

PCP (160), MDP (53), outros partidos de esquerda (32), PS (16), órgãos de Comunicação Social e instituições culturais (40), sindicatos (31), militares (19).

O distrito mais fustigado foi o do Porto (138), mas a região do Minho sofreu, em 22 meses, 72 acções violentas, 5 pessoas morreram.

A maioria dos ataques a Centros de Trabalho de partidos, a sedes sindicais e a Câmaras Municipais, decorreu entre Julho e Setembro de 75. Os atentados bombistas intensificaram-se a partir de Setembro, com vítimas mortais, como o Padre Max e a estudante Maria de Lurdes, assassinados em Vila Real em 2 de Abril, dia da promulgação da Constituição.

As primeiras prisões da rede terrorista foram efectuadas, em Agosto de 76, pela Directoria do Porto da Polícia Judiciária, o que muito contribuiu para a sua desarticulação. Apesar de todos os esforços, poucos foram os responsáveis presos e menos os condenados.

Entre as forças que estiveram na urdidura do golpe de 25 de Novembro, houve as que prepararam a vinda do Governo e da Assembleia Constituinte para o Porto e providenciaram a transferência das barras de ouro do Banco de Portugal para esta cidade. A Norte ficaria o comando das forças que deveriam esmagar a fantasiosamente denominada “comuna de Lisboa”. A Assembleia ganharia novos poderes e seria extinto o Conselho da Revolução. Gabando-se dos seus feitos escreveu um dos chefes da rede terrorista que “estavam preparados grupos para executar quem quer que fosse”.

O seu objectivo era lançar Portugal numa guerra civil e provocar um banho de sangue. Não conseguiram, mas quase.

A acção convergente de democratas e patriotas evitou o pior.



Vasco Gonçalves

Aliança POVO/MFA, Luta de Massas e Valores de Abril

José Ernesto Cartaxo

Começo por saudar e felicitar a Associação Conquistas da Revolução por mais esta iniciativa de homenagem ao Companheiro Vasco Gonçalves, na passagem do Centenário do seu nascimento. Iniciativa mais que justa e merecida a um grande amigo e companheiro dos trabalhadores portugueses e a uma figura incontornável da Revolução de Abril.

Vasco Gonçalves, quer como Militar de Abril e fiel intérprete da Aliança POVO/MFA, quer como 1.º Ministro dos 4 Governos Provisórios, de 17/7/74 a 19/9/74, quer ainda nos actos públicos em que participou, como cidadão, sempre esteve do lado certo da barricada, ao lado dos trabalhadores e da sua Central Sindical de classe – a Intersindical Nacional.

As palavras que ele proferiu, na sessão de encerramento do 1.º Congresso da Intersindical, em Julho de 1975, calorosamente aplaudidas pelos congressistas, sintetizam, de alguma forma, o seu cristalino posicionamento:

«Foi muito importante o papel dos trabalhadores e da Intersindical nas lutas reivindicativas que desenvolveram no tempo do fascismo. Quando nós (militares) derrubámos o fascismo havia poderosas lutas que eram silenciadas e não vieram nos jornais. Daí se ter desenvolvido imediatamente uma verdadeira revolução social no nosso país depois do 25 de Abril. Não foram só os militares que fizeram o que hoje está feito em Portugal. Foram vocês, foram as classes trabalhadoras, em aliança estreita com os militares, que o fizeram e isso já vinha de trás. Essa luta heroica da Intersindical, que por vezes tão denegrida é pelos adversários do processo revolucionário que procuram meter “cunhas” entre nós para nos dividirem».

Sábias palavras a atestar que, na sequência da vigorosa luta anti-fascista, o processo revolucionário, encetado com o 25 de Abril, ficou indelevelmente marcado pela luta de massas, dos trabalhadores e das populações, a partir sobretudo do levantamento popular que se seguiu ao heróico levantamento militar do MFA, no dia 25 de Abril de 1974, e que teve nas gigantescas comemorações do 1.º de Maio, desse ano, a sua consagração popular.

A propósito, é importante lembrar que a Intersindical foi a primeira organização a tomar posição de apoio ao levantamento militar dos capitães de Abril e a única a ser capaz de reagir de imediato no terreno da acção concreta, na mobilização dos trabalhadores e na organização do 1.º de Maio de 1974.

Este 1.º de Maio foi a maior manifestação jamais realizada em Portugal, na qual e a partir dela, a luta organizada dos trabalhadores e das populações, em aliança com os militares de Abril – a Aliança POVO/MFA –, desempenhou um papel fundamental em todas as conquistas democráticas.

Não é por acaso que na letra do Hino da Intersindical, para além do Refrão, (*Unidade, Unidade – Do trabalho contra o capital –*



Camaradas lutemos unidos – Porque é nossa a vitória final), há uma quadra alusiva aos militares de Abril: *Todos juntos numa só torrente – Na cidade, no campo e no mar – Alcancemos com as Forças Armadas – Liberdade, Governo Popular.*

A conquista e instauração das liberdades, dos direitos dos cidadãos e de um regime de democracia política foi, no processo da revolução portuguesa, inseparável da liquidação do poder económico e político dos grupos monopolistas e dos latifundiários, principais beneficiários e sustentáculos do regime fascista que nos oprimiu e explorou durante 48 anos.

À democratização política, então em curso, tinha que corresponder a democratização económica, social e cultural, a levar a cabo pelas massas populares.

Foi o que se veio a verificar com a nacionalização da banca, das companhias de seguros e dos sectores básicos da produção e a criação de um sector público de peso determinante no funcionamento da nossa economia, que veio abrir perspectivas de um desenvolvimento económico-social orientado para a satisfação das necessidades materiais e culturais dos trabalhadores e da população e das suas mais legítimas aspirações.

Foi também o que se verificou com a Reforma Agrária e as profundas alterações que produziu na vida de milhares de trabalhadores rurais do Alentejo e Ribatejo; com o controlo e gestão operária; com a repartição mais equilibrada da riqueza entre capital e trabalho; com os serviços públicos de saúde, educação e previdência; com o direito à habitação; com a fruição do lazer e acesso à cultura; com os direitos sociais e laborais, de que se realça a institucionalização do SMN, reformas e pensões mínimas, da segurança social, do alargamento do período de férias pagas para 30 dias, do 13.º mês, da licença de parto, da redução do horário de trabalho, da protecção no desemprego e da proibição dos despedimentos sem justa causa.

Adiantando-se não raras vezes à iniciativa dos órgãos de soberania, os trabalhadores e o povo português, em aliança com o Movimento das Forças Armadas, transformavam as relações sociais e projectavam uma forma de organização da sociedade mais justa, participada e desenvolvida, conquistando objectivamente o futuro.

Durante os governos provisórios liderados por Vasco Gonçalves, os trabalhadores e o povo tiveram no poder executivo um sólido aliado nesse salto em frente.

Por isso, mesmo depois do seu afastamento pelos serventuários do grande capital, derrotado com o 25 de Abril, o «companheiro

Vasco» perdurou no coração dos trabalhadores portugueses para quem a gratidão nunca será uma palavra vã.

A valiosa experiência da revolução portuguesa tem a virtude de demonstrar que, numa situação revolucionária, mesmo não dispondo do poder político, as massas populares, em movimento, puderam transformar profundamente a sociedade, empreender e realizar profundas reformas das estruturas sócio-económicas, influenciar e condicionar o comportamento do poder político e contribuir para a consagração legal dos avanços revolucionários, na própria Constituição da República Portuguesa.

Também é de realçar a extraordinária capacidade dos trabalhadores e das massas populares e das suas organizações sociais e políticas, para resistirem à contra-revolução, traduzida nas políticas de recuperação capitalista desenvolvidas pelos sucessivos governos, ao arripio do projecto constitucional e dos valores de Abril.

Esta experiência também vem confirmar que a questão do poder, e ao serviço de quem está, acaba sempre por determinar o curso da vida do nosso, ou de qualquer país.

Estes são elementos sem os quais não é possível compreender o alcance da Revolução de Abril.

São elementos que se afirmam como imprescindíveis para superar a crise económica, social e pandémica, que estamos a viver e caminhar rumo à construção de uma democracia avançada num Portugal de progresso, justiça e soberania nacional.

Na construção dessa alternativa, necessária e imprescindível, os trabalhadores e o povo têm um decisivo papel a desempenhar.

O tempo é de exigência, de muita luta e também de muita confiança.

A confiança nas massas e no seu papel determinante no processo libertador, como a história tem ensinado, não é um slogan de circunstância, mas um elemento central da visão do mundo e da sua transformação numa perspectiva de classe.

Nos momentos mais difíceis da luta, quando os golpes são tão violentos que quase tudo parece perdido, as forças sociais e políticas consequentes, os democratas convictos, nunca perdem a confiança na unidade, na organização e na luta dos trabalhadores e das massas populares pois foi e será sempre nelas que encontrarão a energia, o apoio e a inspiração para resistir e seguir em frente na defesa dos valores de Abril, pelos quais o Companheiro Vasco sempre se bateu.



Vasco Gonçalves e os Direitos Laborais e Sindicais

António Quintas

Vasco Gonçalves foi Primeiro-Ministro entre Julho 74 e Novembro de 75, no período democrático em que a Democracia “voava nas asas” da participação popular, ou seja um período em que o povo e em especial os trabalhadores sentiram ser e foram sujeitos activos do processo histórico.

E se essa convicção já advinha de ter sido o movimento popular e em particular o 1.º de Maio de 74 a fazer evoluir o Levantamento Militar para Revolução, agora e a partir de 18/7/74 os trabalhadores tinham no Governo um Primeiro-Ministro que sentiam e assumiam como seu Companheiro.

Foi por isso que quando na sequência do golpe falhado do 28 de Setembro, Vasco Gonçalves lança o apelo para Domingo de Trabalho Voluntário como resposta à ofensiva contra a Revolução, foi de pronto assumido com todo o entusiasmo pelos trabalhadores, inclusive dos que não tendo trabalho para realizar foram limpar estátuas e recintos públicos. Era pois do seu Companheiro o apelo. E apesar de Vasco Gonçalves ter deixado expresso que o dia não era para trabalhar de borla mas para receber, os trabalhadores receberam de facto, mas entregaram-no no Ministério do Trabalho num movimento que se chamou “Dia de Salário para a Nação” e que seria utilizado sobretudo para ajuda a cerca de 35 000 trabalhadores de empresas em dificuldades, bem como a instituições como a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, entre outras (1).

É preciso recuar 50 anos, a 1924, para que outro Primeiro-Ministro se tenha assumido ao lado do Povo, José Domingos dos Santos (2), que entre outras medidas, aprova o Dec. 10415 que atribuiu aos Sindicatos o direito de contratação e deu força jurídica aos Sindicatos, Uniões, Federações e Confederação. Por isso a Moção aprovada no Parlamento faz cair o Governo com 2 meses de exercício.

Quanto a Vasco Gonçalves, a confiança e entusiasmo que galvanizava nos trabalhadores, influía nos mesmos o ânimo para superar todas as dificuldades como no caso das 1000 empresas que recuperaram depois de arruinadas pelos patrões ou para responder ao boicote dos agrários como no caso da Herdade do Monte do Outeiro, em que os trabalhadores agrícolas se mobilizam e chamam a si os trabalhos de preparação das terras para as culturas e sementeiras e tratam do gado e podam oliveiras, o que marcou o início da Reforma Agrária (3).

É o Governo de Vasco Gonçalves que virá a aprovar a Lei da Reforma Agrária (DL 406-A/75 de 29/7/75).

São também dos Governos de Vasco Gonçalves, a criação do Subsídio de Natal para Reformados e Pensionistas (DL 724/74); o direito de Manifestação e Concentração (DL 406/74); a actualização do Salário Mínimo Nacional em 21% (4000.00) que havia sido

criado no ano anterior, a responsabilização do Governo na promoção da contratação colectiva; a criação dos Feriados de 6.ª feira ou 2.ª feira pós Páscoa e 24 de Dezembro e a suspensão dos despedimentos sem justa causa (DL 292/75); a criação do suplemento de Grande Invalidez (P 144/75); a criação do SUBSÍDIO DE DESEMPREGO (DL 169-D/75); a Lei Sindical (DL 215-A/75); a Melhoria do Regime de Protecção Social dos trabalhadores agrícolas (DL 174-B/75; o Feriado do 25 de Abril (DL 210-A/75)...

Referem-se estas por serem relativas aos trabalhadores a par de muitas outras de carácter social, como ensino, assistência médica (médicos à periferia) e o direito à habitação com a substituição de barracas por casas, lembrando-se que à data do 25 de Abril 1 milhão de portugueses viviam em barracas e na sua esmagadora maioria eram trabalhadores.

Todos estes e outros direitos e conquistas sociais impulsionados pela acção colectiva dos trabalhadores e secundados e legitimados pelos governos do Companheiro Vasco, viriam a ser inscritos na Constituição da República Portuguesa (CRP) como direitos, liberdades e garantias de que é o caso da Liberdade Sindical (art.º 55.º da CRP), dos direitos das associações sindicais e contratação colectiva (56.º), do direito à greve (57.º), direito ao trabalho (58.º), direitos dos trabalhadores (59.º), direito à saúde (64.º), direito à habitação (65.º) etc. apenas para referir os que directamente dizem respeito aos trabalhadores.

46 anos após o Companheiro Vasco ter deixado de ser Primeiro-Ministro, a CRP é o testemunho vivo desse glorioso período, não obstante as vezes em que é desrespeitada como foi o caso da recente aprovação e promulgação do período experimental para 180 dias.

Por isso recorde-se que quando o Dec. 292/75 do Governo do Companheiro Vasco suspende o despedimento sem justa causa, fá-lo em consonância com a dinâmica reivindicativa nos locais de trabalho da passagem a efectivos dos milhares de “eventuais”, à hora, a prazo, à jorna etc.

Essa dinâmica seria invertida mais tarde pela famigerada lei dos contratos a prazo de Mário Soares que generaliza aquilo que em gíria se passou a designar “está a contrato”.

Recorde-se também e a propósito que quando da 1.ª alteração ao Código do Trabalho, nela é inscrito o Período Experimental de 180 dias que sendo remetido para o Tribunal Constitucional, este declarou por unanimidade a sua INCONSTITUCIONALIDADE (Ac. 632/2008) pelo que não passou.

Mas em 2020 perante nova investida com os mesmos 180 dias, o Presidente da República em vez de voltar a remetê-lo para o Tribunal Constitucional decide promulga-lo, repondo assim o contra-

to eventual de 6 meses que vinha do fascismo. Foi uma opção. Mas foi (é) em violação provada da CRP.

Igualmente no que respeita à Contratação Colectiva que enquanto o Governo do Companheiro Vasco se empenhou em promover e por isso em 1974 e 1975 foram publicados 759 convenções totais ou parciais, os últimos Governos optaram por se empenhar na caducidade.

Cabe ainda uma referência às Nacionalizações feitas nos Governos do Companheiro Vasco, pelos reflexos que tiveram na promoção do emprego e qualidade do mesmo, nos serviços às populações e sobretudo como garante da componente da Democracia (subordinação do poder económico ao poder político), bem como o financiador das receitas públicas para garantir a Democracia Social.

Assim, nos governos do Companheiro Vasco, foram nacionalizados o Banco de Portugal, Banco de Angola e Banco Nacional Ultramarino (13/9/74), as instituições de crédito (DL 135-A/75), as Companhias de Seguros (15/3/75), os sectores básicos da economia (DL 205-A-B-C-D-F-G-H/75), os transportes públicos (DL 280-A-B-C/75), a Carris (DL 348/75), a Covina (DL 432/75), as Pirites Alentejanas (DL 434/75), a Petroquímica (DL 453/75), a Sociedade Portuguesa de Petroquímica, Amoníaco Português e Nitratos de Portugal (DL 457/75), o grupo de Camionagem Esteves (DL 469/75), a indústria Cervejeira (DL 474/75), a Setenave e Estaleiros de Viana (DL 478/75), a Companhia das Lezírias (DL 628/75).

As privatizações posteriores provocaram a perda de milhares de postos de trabalho, a degradação e encarecimento de serviços às populações, deixando o Estado de arrecadar os lucros para passar a financiar com milhões de euros, em especial a Banca que enquanto pública nos 10 anos que se seguiram à sua Nacionalização transferiram mais de 100 milhões de contos para o Orçamento de Estado e depois de privada é o Estado a esbanjar milhões do erário público em proveito de banqueiros que presos deviam estar.

Cabe aqui uma grande incompreensão. A CRP na sua versão originária (alínea f) do art.º 90.º) estabeleceu como limites materiais da sua revisão que ela teria de respeitar o princípio da apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, bem como os recursos naturais e a eliminação dos monopólios e latifúndios.

Como se pode aceitar que, num processo de revisão, se tenha substituído a alínea f) e acrescentado um novo artigo (293.º) que consagra a privatização e eliminado o artigo 83.º originário que dizia que as Nacionalizações eram irreversíveis (ambos respeitados na 1.ª revisão).

Incompreensão e indignação de igual monta para com a destruição da Reforma Agrária, lançando mais de 15 000 trabalha-

dores no desemprego, que deveria constar dum gigantesco libelo acusatório dos responsáveis pela destruição da produção nacional nas diversas áreas económicas, tendo o País que importar o que antes produzia e criar ainda dependência do turismo que se esfumou com o SARS-COV2.

Em contraste pois com o período em que o Companheiro Vasco foi Primeiro-Ministro, que foram tempos em que Economia cresceu num quadro de crise internacional, quando em Dezembro de 1975 a missão da OCDE se deslocou a Portugal, escreveria no seu relatório que “a economia portuguesa está surpreendentemente saudável”. Isto pese todos os boicotes da “Europa connosco” e dos demais inimigos internos e externos, foram tempos de glória, entusiasmo, patriotismo e solidariedade, que nem os ataques à bomba fizeram esmorecer (566 acções terroristas contra sedes de Organizações Sindicais da Intersindical, do PCP e MDP-CDE entre Maio de 75 e Abril de 1977 (4)).

No 100.º Aniversário do Nascimento de Vasco Gonçalves, 46 anos depois de deixar de ser Primeiro-Ministro, há que preservar na memória o COMPANHEIRO que foi e as conquistas então alcançadas, não só para exercê-las e defendê-las, mas como estímulo para prosseguir a luta no quadro da missão transformadora por um Mundo melhor que se provou ser possível.

QUE VIVA POIS A MEMÓRIA DO COMPANHEIRO VASCO.

(1) *Relatório de 1981 da Comissão de Inquérito à Campanha de um Dia de Salário para a Nação*

(2) António José Telo – *Decadência e queda da 1.ª República* – Regra do Jogo

(3) José Soeiro – *Reforma Agrária Revolução no Alentejo* – Página a Página

(4) Miguel Carvalho – *Quando Portugal Ardeu* – Oficina do Livro

Vasco Gonçalves e a génese do Poder Local Democrático

Abílio Fernandes

Perguntaram a Vasco Gonçalves o que entendia por “gonçalvismo”⁽¹⁾: “O gonçalvismo foi inventado para se utilizar o antigonçalvismo, como uma arma da guerra psicológica, como uma arma da tenaz luta política e ideológica que a burguesia portuguesa trava contra as classes trabalhadoras e seus aliados objectivos e potenciais, no sentido de bloquear o processo revolucionário, recuperando-o para o capitalismo (...) Todas essas calúnias, mentiras grosserias e invenções têm por objectivo atacar directamente não só as acções concretas mais importantes (...) mas também os homens que mais directamente estiveram ligados a essas mesmas acções”. E dos vários exemplos cita: “Quando se fala do **assalto às autarquias locais**, defende-se o poder dos caciques que são agentes e dinamizadores locais da base social de apoio da reacção, **combate-se a gestão democrática, a participação dos cidadãos na defesa dos seus interesses**”.

Com o MFA, a dinamização cultural foi fortemente impulsionada pela intervenção aberta e franca de Vasco Gonçalves no contacto directo e dinâmico junto das populações. Foi um valioso contributo para a consciencialização dos seus direitos na participação da vida pública, na resolução das necessidades prioritárias e na escolha dos seus representantes na estrutura do Estado. Esta dinâmica foi decisiva para a formação das Comissões Administrativas na gestão das câmaras e juntas de freguesias até à institucionalização do Poder Local Democrático (PLD).

Um papel destacado na formação das listas para as Comissões Administrativas, sufragadas por Assembleias Populares, de norte a sul do país, foi assumido pelo Movimento Democrático Português (MDP/CDE).

Em 1976, a Constituição da República Portuguesa (CRP) respondeu àquelas preocupações de Vasco Gonçalves: a defesa contra os poderes dos caciques ficou coartada com a consagração da **autonomia do PLD** (art.º 6, ponto 1); a participação dos cidadãos e defesa dos seus interesses ficou preconizada com a **eleição dos órgãos por sufrágio universal, directo e secreto** dos cidadãos residentes (art.º 241, pontos 1 e 2) e a participação das **organizações populares** nas assembleias e comissões de moradores – (art.º 265.º e 266.º).

Depois das eleições de Dezembro de 1976 as autarquias entraram em funcionamento em Janeiro de 1977.

Até à saída da Lei do Poder Local, em 1979, embora já eleitas, as autarquias limitaram-se a pugnar pela realização das obras mais urgentes, mas condicionadas ao quadro de opções definidas pelo Poder Central.

Os eleitos sentiam-se contagiados pelo entusiasmo e entrega das populações na elaboração dos planos urbanísticos de pormenor e na execução das obras, na construção de um país novo após quase meio século de obscurantismo e de alheamento sobre o seu devir colectivo.

É oportuno lembrar, aqui, este vasto movimento de participação em sintonia com o entusiasmo e a entrega aos ideais de Abril de Vasco Gonçalves nesta invocação dos primeiros tempos da Revolução de Abril e do Poder Local Democrático, no momento em que a *Associação Conquistas da Revolução* comemora os 100 anos desta grande figura nacional.

As prioridades estabelecidas foram diversas e diferentes consoante a composição partidária dos executivos; alguns assumiram como prioridade as necessidades básicas: abastecimento de água, higiene urbana, saneamento, arruamentos, electrificação, construção de casas para famílias carenciadas ao mesmo tempo que se elaboravam os planos urbanísticos, com a participação das populações. Esta foi a opção generalizada de algumas zonas do país, nomeadamente no Alentejo.

Após 45 anos de institucionalização do PLD é inegável a sua importância para o desenvolvimento do País, nas mais diversas áreas de intervenção na vida das populações, pese embora a resistência e obstrução levadas a cabo sistematicamente pelo PSD, CDS e, muitas vezes, também pelo PS.

E, por (re)acção ou por omissão, ficaram goradas as expectativas consagradas na CRP no que respeita à concretização da autonomia do PLD e das competências dos seus órgãos: não só não cumpriram as sucessivas leis das finanças locais como obstaculizaram a organização administrativa das câmaras, o exercício pleno das competências urbanísticas municipais e o respeito pelo princípio da subsidiariedade, extinguíram freguesias, transferiram competências para as autarquias sem os correspondentes meios financeiros nomeadamente na área social e educativa, discriminaram os apoios da Administração Central, forçaram a privatização de serviços, particularmente do abastecimento de água, e provocaram uma verdadeira deriva centralista ao impedirem a institucionalização das regiões administrativas que são, na arquitectura constitucional, o pilar fundamental de uma coerente reforma da Administração Pública.

Todas essas condicionantes foram e são um verdadeiro sufoco causado ao PLD até aos dias de hoje nas estruturas que estão mais próximas das populações – câmaras municipais e juntas de freguesias. Foram e são um verdadeiro entrave à consolidação da democracia em Portugal.

Invocar o testemunho deixado por Vasco Gonçalves é defender as Conquistas – civilizacionais – da Revolução de Abril.

(1) Carlos Coutinho, “Companheiro Vasco”, Porto, Editorial Inova, 1977, pgs 45, 48 e 49



O contributo de Vasco Gonçalves – por uma melhoria de vida nos campos

Raimundo Cabral

Durante os Governos de Vasco Gonçalves deram-se avanços significativos no processo revolucionário, correspondendo efectivamente aos anseios de melhoria de condição, de desenvolvimento económico e social, na melhoria nas condições de vida do povo português. Foram lançadas as bases da institucionalização e do enraizamento do regime democrático, com a instauração de amplas liberdades, garantias e direitos políticos, cívicos, culturais, sindicais e laborais.

Foram desmantelados os principais pilares do capitalismo monopolista de Estado e dos grandes grupos económicos, dos agrários absentistas, tendo-se nacionalizado a banca, os seguros, os sectores básicos da produção, as principais empresas de transportes e comunicações, dando origem à criação de um sector público de peso determinante na economia, na regulação dos mercados e no comércio externo.

Realizou-se a Reforma Agrária, aprovou-se uma nova lei do arrendamento rural, e devolveram-se os terrenos baldios às populações vizinhas. Melhoraram-se e dignificaram-se substancialmente as condições de vida dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores e seareiros.

A Reforma Agrária é considerada a mais bela Conquista da Revolução. Nos seis distritos onde houve intervenção da Reforma Agrária (Santarém, Évora, Beja, Portalegre, Setúbal e Castelo Branco) as explorações com mais de 500 hectares, representavam 0,6% do universo de explorações nestes distritos, mas detinham 49,6% da área total. Eram vastos territórios muitas vezes improdutivos ou subaproveitados pertencentes aos mesmos de sempre, que só contribuíam para o empobrecimento das regiões e das famílias.

Quem nelas trabalhava era do nascer ao pôr do sol e com salários de miséria. Alguma coisa tinha de ser feita. Com o empenho e a coragem de Vasco Gonçalves, com a luta dos trabalhadores agrícolas e com o apoio do MFA a reforma agrária avançou combatendo assim o desemprego e a baixa produção, em consequência de haver terras com grande capacidade produtiva e que não eram aproveitadas, a não ser para coutadas.

Foi criado o novo regime de arrendamento rural. Num mundo rural onde era possível ao senhorio elevar sempre a renda quando terminavam os contratos, as rendas atingiam valores extremamente altos provocando uma injusta repartição do rendimento. Que o digam, por exemplo, os seareiros do Ribatejo, que em 1974 pagavam **10 contos** por um hectare, vendiam o melão a uma média de **um escudo e cinquenta** centavos o quilo, em 1975 a renda foi tabelada a **cinco contos** o hectare e o melão a **dois escudos e cinquenta centavos ao produtor**

Foi criada uma linha de Crédito Agrícola, destinado aos pequenos e médios agricultores para aquisição de fertilizantes, sementes, rações e equipamentos. A criação de equipas de apoio e desenvolvi-

mento agrário actuando ao nível de grupos de concelhos (regiões) de forma a promover a constituição de ligas e sindicatos agrícolas; fornecer aos agricultores esclarecimentos sobre associativismo, crédito bem como outra legislação respeitante à agricultura e canalizar o apoio técnico dos serviços regionais de respectivo ministério em benefício dos pequenos e médios agricultores

A Reforma Agrária foi uma obra notável de desenvolvimento agrícola e de natureza social – uma realidade consagrada na Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril de 1976.

Bastaria comparar o antes com o depois da Reforma Agrária. Todos os indicadores revelam a superioridade da Reforma Agrária em todos os domínios.

Na área semeada, antes era 94.000 hectares, com a Reforma Agrária quase quadruplicou – 395.000 hectares. Área de regadio antes era de 9.300 hectares, com a Reforma Agrária chegámos a ter 23.700 hectares de terra regada. A produção de arroz antes correspondia a 23.500 toneladas, com a Reforma Agrária a produção duplicou, – chegou a atingir 48.000 toneladas. A produção de tomate seguiu o mesmo caminho, passou de 73.000 toneladas para 180.000. No que diz respeito, por exemplo a efectivos animais passou-se de 81.000 cabeças para 190.000 e a tractores passou-se de 2.690 para 4.560.

Com a Reforma Agrária os postos de trabalho saltaram de 21.700 entre trabalhadores efectivos e eventuais, para 71.900. Este foi um dos raros períodos da história do último meio século no Alentejo em que a região não conheceu o flagelo do desemprego, não perdeu população e viu muitos dos seus filhos regressar à terra.

Também ao nível do investimento e considerando os anos entre 1976 e 1989 a diferença é significativa e revela a elevada capacidade de realização da Reforma Agrária: 1.560 construções e reparações em captações de água e 322 barragens e albufeiras; preparação e beneficiação de 300.000 hectares de terra; 1.918 instalações para gados, entre muitos outros investimentos, envolvendo, a preços correntes convertidos em euros, dezenas de milhões de euros!

As UCP's/Cooperativas tomaram medidas que conduziram a uma notável melhoria das condições de vida dos trabalhadores; estabeleceram salários fixos, diminuíram a diferença entre os salários dos homens e das mulheres, criaram creches, jardins-de-infância, centros de dia, postos médicos.

Tudo isto foi uma verdadeira Reforma Agrária, que teve um valioso e empenhado contributo do General Vasco Gonçalves e dos seus governos.

Tudo isto foi atacado e destruído por governos do PS, do PSD e do CDS, num processo contra-revolucionário que levou Portugal a uma situação de extrema dependência do que é importado, a maior desemprego e atraso.

Vasco Gonçalves: das Conquistas de Abril à Descolonização de Angola

V. Grandão Ramos

Vivia então em Luanda. Foi à mesa do café que soube da notícia de que um movimento miliar de capitães tinha derrubado o regime! Assim mesmo! Estávamos no dia 25 de Abril de 1974.

Quem mandava até ali em Angola continuava a mandar. Nada mudou. Foi assim durante dois ou três dias.

No 1.º de Maio, a Polícia impediu que grupos de jovens celebrassem o Dia do Trabalhador e deteve alguns deles.

Os nacionalistas angolanos presos no Campo do Chão Bom no Tarrafal demoraram a chegar a casa e alguns dos que tinham sido soltos do campo de concentração de São Nicolau, no deserto de Moçâmedes, onde milhares de cidadãos estavam internados por motivos políticos e sujeitos às mais desumanas condições, foram presos de novo por ordem do último Secretário-Geral do Governo de Angola ao chegarem a Luanda.

Por esta razão, nem o dia 25 de Abril nem os dias seguintes foram em Angola sinónimo de liberdade.

A experiência de que conhecemos imagens empolgantes não foi repetida em Luanda nem em qualquer outro sítio de Angola. Não houve nestas coordenadas geográficas manifestações efusivas de alegria. Nem confraternização com os soldados. Nem cravos vermelhos.

Entretanto, as declarações públicas do Presidente da República, General Spínola, a par das que iam sendo proferidas pelo 1.º Ministro Palma Carlos, e até algumas posições surpreendentes do General Costa Gomes não eram de molde a tranquilizar quem vivia em Angola.

Pezarat Correia, um brilhante militar do MFA que desempenhou um papel activo no processo de descolonização de Angola, na sua conhecida obra *“Descolonização de Angola - A Joia da Coroa do Império Português”*, pág. 58, diz-nos que Costa Gomes, na viagem que fez a Angola, nos primeiros dias de Maio, *“expressou a sua convicção de que os Angolanos optariam por manter os seus laços com Portugal”*.

O posicionamento desses altos responsáveis, sobre a forma de se resolver a questão colonial, mantinha-se como fonte de permanente desconfiança dos Movimentos de Libertação, consequentemente relutantes em baixar a guarda e negociar a paz.

Essa desconfiança atenuou-se com a queda do Governo Palma Carlos e a nomeação do Coronel Vasco Gonçalves para chefiar o

II Governo Provisório; com o compromisso do novo 1.º Ministro de prosseguir com um processo de descolonização que não conduzisse ao neocolonialismo (ob. e a. cits., 66); com a publicação da Lei Constitucional 7/74, de 26 de Julho de 1974, do CR; e, a 27 Julho, com a Declaração, proferida por Spínola, em nome de Portugal, aceitando o direito dos Povos das Colónias à Independência.

A Declaração teve, na esfera pessoal, um enorme impacto emocional. Quem a ouviu em Angola, dificilmente pôde conter as lágrimas. Era como se fosse, finalmente, o caminho da redenção do pecado colonial.

Todavia, a Declaração não parece ter sido sincera, tantas vezes o seu autor tentou iludi-la, a propósito do processo da independência de Angola.

O Presidente da República também depois se reuniu secretamente com Nixon nas Lages e com Mobutu no Sal, tudo o indicando, para tratar de assuntos da descolonização de Angola.

Mas já em 9 de Agosto de 1974, a Junta de Salvação Nacional de que Spínola era Presidente tinha, segundo Pezarat Correia, difundido um *“Programa de descolonização”*, para Angola, que poderia levar anos a concluir e obrigava, além do mais, à eleição de uma assembleia constituinte com poderes para definir as ligações de Angola a Portugal, antecipando-se às negociações e sem a menor consideração pela Lei 7/74, pela posição do 1.º Ministro, pela Declaração de 27 de Julho, e pelos compromissos assumidos e reassumidos perante Kurt Waldheim, nos primeiros dias de Agosto, de estabelecer com os Movimentos negociações formais logo que possível.

E deu ordens ao Ministro da Coordenação Interterritorial para convidar representantes das “forças vivas” de Angola – partidos sem expressão, oportunistas ou da minoria branca, integracionistas ou federalistas, dirigentes de associações económicas ou de naturais da terra, com o propósito de lhes arranjar estatuto e legitimidade para poderem sentar-se à mesa das negociações. Alguns, honra lhes seja feita, não aceitaram o convite. Spínola preparava-se para conduzir pessoalmente o processo de Angola e chamou Rosa Coutinho a Lisboa para lhe dizer isso mesmo (a. e ob. cits., 86).

Era, pois, urgente que o Governo Português entabulasse negociações com os Movimentos que lideraram a luta armada contra Portugal numa guerra que já reconhecíamos ser injusta e já não tinha, por tal razão, sentido. E que desse início à descolonização.

Foi o que fizeram o MFA e o Governo de Vasco Gonçalves antes que Angola “pegasse fogo”. Tiveram sorte com os homens que escolheram.

Rosa Coutinho foi nomeado Presidente da Junta Governativa de Angola para preparar o período de transição.

Melo Antunes, o ideólogo do MFA e Ministro dos Negócios Estrangeiros de Vasco Gonçalves foi encarregado do processo de descolonização, em particular, de Angola e Moçambique.

Melo Antunes conseguiu conduzir, não sem dificuldades, mas com êxito, as negociações com os três Movimentos.

Rosa Coutinho iniciou o seu mandato em fins de Julho debaixo de uma frontal hostilidade, desde logo, por parte da politicamente impreparada e insegura população branca, concentrada nas cidades. Confrontou-se com ondas de violência causadas mesmo antes da sua chegada pela “guerra” dos taxistas de Luanda e a expulsão dos cantineiros dos musseques, com um ambiente em convulsão, crises de autoridade da PSP, desobediência ostensiva, provocações, calúnias, marchas automóveis ruidosas e lentas pelas ruas de Luanda dentro da hora do recolher obrigatório, greves, agitação nas escolas e locais de trabalho, ameaças físicas, crises causadas pela FLEC, abaixo assinados e sabe-se lá mais o quê.

Portou-se como um valente, aguentou-se, fez o que devia fazer e a sua acção meritória permitiu que a FNLA, o MPLA e a UNITA, os únicos reconhecidos por Portugal e pelas instâncias internacionais, se apresentassem no Alvor e celebrassem o acordo que negociaram com Portugal.

Nas suas missões, tanto Melo Antunes como Rosa Coutinho beneficiaram do incondicional apoio do Governo, das estruturas centrais e locais do MFA e do Conselho da Revolução.

Em suma, foi a firmeza e a coerência dos Governos de Vasco Gonçalves, com o apoio do Conselho da Revolução e do MFA, que permitiram que se concluísse o processo de descolonização e fossem derrotadas as teses perigosas como as que Spínola tentara aplicar em Angola, ao arrepio dos compromissos assumidos por Portugal e das imposições da ONU.

É sabido, igualmente, que no processo histórico que transformou o nosso País, Vasco Gonçalves teve, do mesmo modo, o apoio do Conselho da Revolução e do MFA, nunca atuando, à frente dos Governos que conduziu, por sua exclusiva iniciativa. A eles e a todos que por elas lutaram devemos as Conquistas de Abril e, depois, a Constituição mais avançada da Europa que as consagrou.

Assisti pessoalmente à proclamação da Independência depois de ter ouvido durante o dia anterior o troar da artilharia da batalha de Quifandongo. Recordei então o momento em que ouvira, na Emisora Oficial, a Declaração de 27 de Julho. E voltei a emocionar-me.

Seja-me permitido um apontamento derradeiro.

O conhecimento que tenho do General Vasco Gonçalves não é profundo, mas tive a sorte de estar com ele em Luanda, quando, a convite da Associação 25 de Abril de Angola, de que sou um dos sócios fundadores, presidiu às Comemorações do 25 de Abril. Aceitou então ser nosso Sócio de Honra. Orgulhamo-nos disso. Posteriormente, estivemos juntos em Lisboa mais duas ou três vezes. Confirmei o que me diziam dele: Era um homem simples. Inteligente. Culto. Bondoso. De nobre carácter. Um democrata. Admiro-o. Pelo que foi. E pelo que fez.

Resta-me felicitar a Associação Conquistas da Revolução pela homenagem que lhe vão prestar no centenário do seu nascimento. Nunca é tarde!



Vasco Gonçalves

Uma Educação para Todos

Domingos Boieiro



As conquistas de Abril eram o caminho para o futuro de Portugal. Elas continuam, hoje, a ser devidamente analisadas, ponderadas, adaptadas e ajustadas.

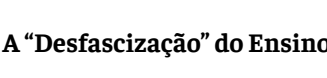
Vasco Gonçalves

Falar de Vasco Gonçalves é falar da imensa coragem com que abraçou a ação revolucionária para a criação de um mundo melhor e mais justo. Poderíamos elencar, no Centenário do seu nascimento, as medidas estruturais tomadas para melhorar a vida do povo português, como o *salário mínimo*, a *reforma agrária*, o *subsídio de desemprego*, a *legislação laboral*, a *licença de maternidade*, o *direito à greve*, a *liberdade sindical*, as *comissões de trabalhadores*, a *gestão participada*, a *nacionalização da banca ou a criação do provedor de justiça*. Estas são apenas algumas medidas que correspondem a verdadeiras Conquistas de Abril.

Hoje falaremos de uma conquista maior de Abril:

A Educação para Todos.

Esta Conquista de Abril teve o seu total empenho no sentido de “desfascizar” o ensino, reformar os currículos, levar a gestão democrática à escola, combater o analfabetismo estrutural e funcional e proporcionar aos trabalhadores e aos filhos dos trabalhadores a igualdade de acesso à educação.



A “Desfascização” do Ensino

A revolução de Abril, no espírito e texto do Programa do MFA, previa um conjunto de medidas que procuravam dismantelar as estruturas do regime fascista e ao mesmo tempo liberalizar a ação política partidária. A Junta de Salvação Nacional, presidida pelo General António de Spínola, adiava e tardava nas decisões, nomeadamente em relação ao processo de descolonização.

É neste contexto que, após a demissão de António de Spínola em 30 de Setembro de 1974, surge a nomeação do então Brigadeiro Vasco Gonçalves, para chefiar o II Governo Provisório. Vasco Gonçalves chefiará, assim, quatro governos provisórios (do II ao V). É neste período temporal, ainda que demasiado curto, de 18/07/1974 a 12/09/1975, que Vasco Gonçalves coloca em marcha a difícil tarefa de criar um sistema de ensino livre da influência e controle fascizante.

A educação salazarista assentava num carácter conservador e tradicionalista, repousando em valores morais e católicos: Deus, Pátria e Família. Através das organizações de juventude, como a Mocidade Portuguesa, inculcava estes valores nas crianças e jovens. Controlava o trabalho dos professores para que não houvesse desvios aos princípios da doutrina e moral cristãs. Esta educação completava-se através de professores coniventes com o regime e de manuais escolares impregnados destes princípios totalitários do

fascismo. O regime fascista tudo fez para transformar a escola num instrumento de corrupção ideológica.

Era necessário “desfascizar” a escola e a educação. Vasco Gonçalves sabia dessa urgência.

Apesar de não ter ido tão longe como era necessário, a “desfascização do ensino” foi uma preocupação logo inicial da revolução dos cravos. Teodoro (1978:29), diz que, logo nas primeiras semanas, os estudantes e os professores progressistas impuseram a gestão democrática das escolas, o saneamento dos professores gravemente comprometidos com o fascismo e a substituição dos programas e manuais imbuídos da ideologia fascista e colonialista.

A Reforma Curricular e a Gestão Democrática da escola foram pensadas nos governos de Vasco Gonçalves. Era preciso, em termos de conteúdos programáticos, expurgar as ideias e a visão fascista presente e introduzir nos currículos dos diferentes níveis de ensino uma orientação progressista e democrática. As medidas tomadas pelos ministros e secretários de Estado desta área dos governos de Vasco Gonçalves permitiram transformar a escola portuguesa ligando-a à vida, dando-lhe capacidade de crítica, uma base experimental e de renovação permanente. Plural nos conteúdos e nas abordagens e incentivando a liberdade de aprender e ensinar.

A gestão democrática das escolas foi outra medida revolucionária que permitiu aos diferentes agentes educativos participarem na vida escolar. Os professores depressa abraçaram essa tarefa. Os alunos criaram as suas associações de estudantes garantindo a sua participação no processo. Os representantes na gestão das escolas, professores, alunos e auxiliares passaram a ser eleitos de forma democrática. Foi algo muito positivo que conferiu legitimidade e sentido de pertença a todos os envolvidos na gestão das escolas.

O Combate ao Analfabetismo

Portugal era o país da Europa com a mais elevada taxa de analfabetismo estrutural. Teodoro (1978:24), coligindo os dados dos censos de 1970, informa que 49,8 % da população com 14 ou mais anos não tinha concluído o ensino primário. Tal correspondia a cerca de 3.173.140, dos quais 1.789.369 eram completamente analfabetos. Estes valores, terríveis e chocantes, só pecam por defeito.

Só no IV Governo Provisório foi elaborado um Plano Nacional de Alfabetização, ambicioso, mas que não teve tempo para ser implantado. A correlação de forças leva à queda de Vasco Gonçalves. O VI Governo Provisório relega a alfabetização para segundo plano.

Esta questão foi tida por Vasco Gonçalves como uma matéria central da ação de política educativa. Foi vista também como essencial para ajudar na criação de um homem novo: um homem capaz de assumir de forma crítica a responsabilidade de defender os ideais da revolução de Abril.

Evocação e homenagem no centenário do nascimento de Vasco Gonçalves



Com a aprovação do Plano de Alfabetização Nacional no V Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves, ficaram lançadas as sementes dessa maravilhosa ideia de acabar com o analfabetismo estrutural, permitindo levar os trabalhadores à escola. A ideia e o estatuto do trabalhador estudante estavam criados. Alimentados por esta ideia, jovens estudantes, professores e intelectuais criam brigadas de alfabetização que, através de acções junto das populações, ensinam a ler, escrever e contar. A semente foi lançada e a importância do combate ao analfabetismo foi sinalizada politicamente para o futuro.

Uma educação para Todos

Entre as realizações estruturantes da nossa vida colectiva, neste período em análise, a preparação do caminho, feito por Vasco Gonçalves, para a escolaridade obrigatória, gratuita, universal e apoiada para todos, é uma das conquistas maiores de Abril. Importa, mais do que nunca, continuar a defendê-la.

Esta dimensão universal, associada à criação da escola pública democrática, foi depois, em 1976, vertida na Constituição da República Portuguesa, tornando-se num pilar fundamental da nosa vida colectiva. Vasco Gonçalves encarava a educação como um meio que podia proporcionar uma verdadeira igualdade de oportunidades.

Quando os filhos dos “Homens que não foram meninos” pudessem aceder à educação gratuita e apoiada isso seria garantia para o futuro da democracia. Esta era a visão subjacente à acção de Vasco Gonçalves: O direito pleno à educação como forma de realizar a democracia e garantir a liberdade. A escola era, para Vasco Gonçalves, uma das condições de liberdade.

Com Vasco Gonçalves foram lançadas as bases do sistema educativo português: um sistema plural e global. Da educação infantil, passando pela escolaridade obrigatória do ensino básico, pela reformulação do ensino secundário e universitário, pelo ensino profissional, pela educação permanente à alfabetização – tudo foi objecto de uma dinâmica de reflexão neste período revolucionário. Houve transformações de vulto que trouxeram ao sistema educativo uma orientação democrática, progressista e humanista. Esta é uma marca de Vasco Gonçalves:

Uma Educação Para Todos.

| | |
|--|-----------------|
| Síntese | |
| <i>Numa palavra: manter abertas as portas que Abril abriu. Por elas passa a libertação do Homem.</i> | |
| | Vasco Gonçalves |

Este tempo revolucionário foi um tempo criador por excelência. Essa criatividade fez-se sentir em toda a sua plenitude através das medidas tomadas entre os II e V Governos Provisórios de Vasco Gonçalves. É o seu legado que temos de homenagear e defender.

Dele faziam e fazem parte, entre outros aspectos, a consideração da educação como acto político e o envolvimento dos professores na luta pela consecução de uma sociedade mais justa. Vasco Gonçalves defendeu sempre na sua acção política a necessidade de uma verdadeira “revolução cultural” e a defesa da abertura da escola à comunidade.

O autor destas linhas foi apanhado pelo 25 de Abril com onze anos de idade a preparar-se para engrossar a enorme massa de trabalhadores rurais no Alentejo. Era o que o esperava no futuro. **A Escola Para Todos**, conquista de Abril, perspectivada e defendida por Vasco Gonçalves, vertida na Constituição de 1976, foi fundamental para que esteja aqui hoje a escrever estas linhas como tributo de homenagem a um Homem que soube interpretar e colocar em acção os ideais de Abril.

| | |
|--|-----------------|
| <i>E, para mim, sem utopia não há progresso. A utopia sempre precedeu a acção e a luta pelas grandes ideias.</i> | |
| | Vasco Gonçalves |



BIBLIOGRAFIA

Associação Conquistas da Revolução. [Legislação e Documentação] http://www.conquistasdarevolucao.pt/ [Consultado em 12 de Fevereiro de 2021]
Entrevista ao general Vasco Gonçalves conduzida por *Armando Pereira da Silva*. «O Militante» N.º 239 – Março / Abril – 1999
Godinho, Vitorino M. (1975). *A Educação Num Portugal Em Mudança*. Lisboa: Edições Cosmos
Grácio, Rui (1980). *Os professores e a Reforma do Ensino*. Lisboa: Livros Horizonte
Miranda, Jorge (1986). *O Essencial sobre a Constituição Portuguesa*. Lisboa: INCM
Teles, Viriato. Última *Entrevista de Vasco Gonçalves* in *http://resistir.info/portugal/entrev_Vasco Gonçalves.html* [Consultada em 12 de Fevereiro de 2020]
Teodoro, António (1978). *A Revolução Portuguesa e a Educação*. Lisboa: Editorial Caminho
Prostes da Fonseca, J.M. *et al* (1998). *Reflexões sobre Democratização, Qualidade e Modernização*. Lisboa: Ministério da Educação



ENCONTRA-SE A DIFUSÃO DOS ASSOCIADOS UMA MINI-BIBLIOTECA SOBRE DESPORTO COM LIVROS OFERECIDOS PELA D.G.D. E POR ALGUNS ASSOCIADOS

ANDE BOLA
VENHA-SE TODOS
REUNIÃO
AS 21 H.
A SECÇÃO

REPER
AS 3ª 5ª E SÁBADOS DAS 21.30 ÀS 23.30
QUÊ CONTACTAR COM A SECÇÃO

TEATRO DA TRINDADE
ANDE ESPECTACULO APOIO
DE TEATRO DE CAMPOLIDE





Vasco Gonçalves – Cultura, ética e exigência de mudança

Modesto Navarro

Um dia fui à Rua Castilho, à Codice, da 5.^a Divisão do EMFA, falar com o tenente de marinha Pessoa Guerreiro, que era uma das imagens imensas da generosidade revolucionária. Carlos Paredes, Marcelino Vespêira, Bernardo Santareno, Fernanda Lapa, Isabel da Nóbrega, tantos trabalhadores da cultura na entrega aos projectos de dinamização cultural na região de Lisboa e, sobretudo, pelo país dentro, Beira Alta, Trás-os-Montes e outras terras e gentes. Teatro, música, leitura, colóquios, encontros e sessões nas fábricas, nas empresas, nos largos das vilas e aldeias.

Sempre o que é novo incomoda. Vasco Gonçalves, expoente da entrega e da ética, da generosidade revolucionária. Lá longe, em 1975, nas campanhas de dinamização do MFA na Beira Alta, uma mulher, Maria Augusta Sousa Marques, na aldeia isolada da Desfeita, a lutar por uma estrada que não tinham, dizia que era socialista sim, mas que queria muito àquele homem que presidia ao governo e que Mário Soares não devia traí-lo. “Achei que aquele senhor Vasco Gonçalves era uma pessoa competente e gostava dele. O PS não deve ser americano”. Presidentes de Juntas de Freguesia eleitos em plenários, nas aldeias, ou que integravam Comissões de Aldeia, poderiam pertencer ao CDS ou ao PSD mas queriam os militares a trabalhar com eles, a abrir estradas e estradões que não havia, por exemplo na serra de Montemuro, na Gralheira, em aldeias de Cinfães, na electrificação de ruas e apoio a agricultores em Castro Daire, na saúde e melhoramentos locais nos concelhos de Sernancelhe, Penedono e S. Pedro do Sul.

Em Trás-os-Montes e noutras regiões a cultura de intervenção popular era incentivada pelos militares de Abril e pelas Comissões Administrativas das Câmaras Municipais e consagrava-se em melhorias concretas, nas ruas a carecerem de calçadas, nas fontes que eram recuperadas e colocadas em sítios melhores, nas entregas de livros a quem queria aprender o que se passava e porque acontecia, na música de intervenção, na peça de teatro e no filme que era projectado no largo da aldeia ou na vila.

Sessões de esclarecimento, o que é a democracia a partir da cultura e da ciência de Bento de Jesus Caraça, o Maestro Fernando Lopes Graça e esse Coro da Academia de Amadores de Música a intervir, imenso e vital nas nossas vidas. Michel Giacometti a ensinar-nos como apreender o melhor dos fundamentos das nossas raízes e cultura. O trabalho, “Povo que canta não morrerá”, as imensas recolhas de memórias e cultura, as transmissões pelo país fora, as brigadas de jovens na alfabetização e no ensino de outros mundos a abrir e a transformar.

Primeiro Congresso dos Escritores Portugueses e José Gomes Ferreira na mesa, ao lado de Vasco Gonçalves. O discurso do primeiro-ministro a apelar aos escritores para se juntarem aos artistas, aos jovens, às campanhas de abertura e combate a escuridões imensas, perigosas e antigas, lá nos interiores onde a besta da violência e da ignorância salazarista ainda imperava. E os escritores a irem ao palco, a inscreverem-se na lista que crescia logo ali, na mesa.

Ainda avançaram os centros culturais regionais pelo país, as colectividades, os grupos de teatro independente, as bibliotecas e livrarias, as sessões nas ruas e nas escolas. Vasco Pinto Leite e a Secretaria de Estado da Cultura a erguer-se e a agir, a aventura de chegar ao fundo do país e ser transparente perante rios de crianças e jovens e adultos ainda tocados por aquela ética corajosa e decisiva de Vasco Gonçalves e de militares e civis que arriscaram tudo e abriram mais direitos a sonhar a quem trabalhava e sofria, a quem queria saber como agir, como lutar, como mudar a vida. Era a aliança Povo-MFA indispensável e decisiva.

Ao nosso lado estará sempre esse homem da ética, da palavra amiga e da mudança revolucionária, ainda incómodo e sempre luminoso a dizer que é preciso ter esperança e fazer, fazer sempre um novo momento de entrega, de transparência, seja em Lisboa ou lá no interior bem-amado.

Avanços, recuos e sempre ao nosso lado essa aventura imensa de conquistar cultura e saber, aquilo que não é flor falsa na botoeira mas sim a enorme aprendizagem de todos os dias, pequena ou grande. Sempre com essa ética de quem faz agora cem anos que nasceu e aí está jovem, a iluminar outros e novos destinos de conquististas da revolução que são e serão do povo unido e da aliança de militares e civis que não traíram e seguem em frente, nas ruas e avenidas de Abril, na montanha dolorosa e inóspita, na campina generosa e criadora.

Inteligência é cultura e sonho de entrega à vida e à mudança. É ética perante si próprio e os outros. Aprender e transmitir coragem e confiança. Estar na vida para dar e receber. Combater pela justiça e por melhores dias para todos.

Vasco Gonçalves. Jaime Serra, que fez cem anos vivo. E Bento de Jesus Caraça. Álvaro Cunhal e lá longe, mas perto, Bento Gonçalves e tantos camaradas e companheiros que estarão sempre vivos e ao nosso lado. À nossa frente, melhor dizendo. Na cultura e na coragem de abrir novos mundos a Abril e ao Maio do trabalho e da vitória sobre a ignorância, a submissão e o medo.



A Ciência e o 25 de Abril a propósito de Vasco Gonçalves

Rui Namorado Rosa

Até à década de 1960, o sistema científico português tinha dimensão e diversidade reduzidas. O sistema de ensino superior era débil quanto à oferta de formação e à realização de investigação científica. Havia alguns pontos fortes, mas escassos; e, enquanto algumas áreas do conhecimento tinham reconhecimento internacional, a maioria apenas sobrevivia, e algumas ainda eram ausentes. As três Universidades que então existiam tinham sofrido a perseguição política e demissão de alguns dos seus poucos professores; acolhiam raras unidades de investigação; e o acesso era inacessível à maioria da juventude.

Os polos da investigação científica e desenvolvimento experimental limitavam-se a alguns organismos do estado – os laboratórios do estado criados entre 1946 e 1971, como o LNEC (1946), IBM (1950), LNIV (1957); INII (1959), LFEN (1961), INSA (1971); estações experimentais EAN, EZN e outras no âmbito das ciências agrárias; hospitais centrais e escolares no âmbito das ciências médicas – ou organismos privados com destaque para o Instituto Gulbenkian de Ciência (1961).

Nas décadas de 60 e 70 (entre 1964 e 1978), a evolução no sistema C&T português registou um incremento da despesa total em Investigação e Desenvolvimento Experimental por um factor de 10 (crescimento à taxa 16%/ano); crescimento este concentrado no sector Ensino Superior (x30) e Estado (x10); débil no sector Empresas e IPSFL (x5).

As décadas de 60 e 70 caracterizaram-se também por rápido crescimento do emprego público, inicialmente por maior intervenção social do estado providência; depois, a partir de 25 de Abril, assumindo a Descolonização, a Democracia e o Desenvolvimento social prescritos no Programa do MFA. Aí se incluiu o acolhimento de funcionários da administração ultramarina, mediada pelo Quadro Geral de Adidos, na função pública em Portugal; processo que integrou, entre de 1975 a 1979, cerca de 40 mil funcionários incluindo quadros qualificados das universidades e organismos científico-técnicos das antigas colónias.

Sintomática foi a evolução do número e diversidade de novas associações científicas registadas – profissionais, disciplinares ou culturais. Desde 1900 a 1959, a fundação de associações científicas fora inexpressiva, ao ritmo de 3 a 5 novas associações por década, após o que acelerou nas décadas seguintes. O número de novas associações científicas cresceu lentamente na década de 60 (mais 10); acelerou na década de 70 (mais 25); e expandiu-se nas décadas 80 e 90 (mais 63 e 71). Esse crescimento em número e diversida-

de de associações científicas reflete o próprio desenvolvimento do sistema científico português, em termos de estruturação institucional e de subjacente investimento em recursos financeiros, humanos e materiais. Nesse movimento associativo, a Organização dos Trabalhadores Científicos, que emergiu em 1970 inspirada nos princípios da Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos e da UNESCO, agregou a intervenção de investigadores através da transição política, no reordenamento de políticas e reorganização de instituições de I&D, sendo formalmente constituída em 1979.

Com o 25 de Abril, a ciência entrou na orgânica do governo português pela primeira vez, logo nos seis Governos Provisórios, como Secretaria de Estado da Investigação Científica. Portugal que aderira à UNESCO em 1965 mas se retirara em 1972, reatou a sua participação logo em 1974, enquanto as relações com a OCDE e a INVONTAN foram mantidas e, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, novos acordos bilaterais de cooperação C&T foram acionados. Sob essa tutela, a JNICT e o INIC providenciaram apoio à definição de políticas e gestão de recursos, e enquadramento e financiamento às unidades de investigação.

Era o virar de uma esquina. Para continuar a procura mais próxima do futuro.

Vasco Gonçalves enquanto um dos mais destacados líderes do MFA e primeiro-ministro inspirou e promoveu as condições objectivas e subjectivas para que o povo, e em particular os trabalhadores intelectuais e profissionais científicos, procurassem e realizassem as profundas transformações que num breve lapso de tempo levaram à laboriosa transição do Estado Novo para o regime democrático da nova República Portuguesa. Não exerceu ele mesmo a condução dos ministérios que superintenderam na área da ciência e tecnologia, mas como primeiro-ministro e líder político e moral, ele sabia e inspirou. No arquivo privado de Vasco Gonçalves depositado no Centro de Documentação 25 de Abril (Universidade de Coimbra) encontram-se entre os 26 dossiers estes dois: Ensino/Educação/Instrução (1975-1989) e Filosofia/Ciência/Cultura (1974-1989). É-lhe devido o estudo documental do seu pensamento e directa intervenção na área da ciência no curso da Revolução dos Cravos.

Vasco Gonçalves e a revolução da saúde em Portugal

Carlos da Silva Santos

Como Primeiro-Ministro de quatro governos provisórios de Julho de 1974 a Setembro de 1975, Vasco Gonçalves desenvolveu uma imensa e valorosa acção política com implicações nas condições de vida, na saúde e no bem-estar dos portugueses. Também na área da saúde e dos serviços de saúde é possível, com objectividade, identificar o pensamento estratégico, humanista e realista virado para as necessidades das populações de tal modo que, ainda hoje, as perspectivas com futuro já se encontravam nas bases então lançadas.

Para Vasco Gonçalves e para o MFA o direito à saúde é uma obrigação social do estado em que os únicos limites, em cada instante, são os recursos disponíveis nas comunidades e assim ficou posteriormente expresso na Constituição em 1976.

Durante o fascismo nunca existiu direito à saúde. Os cuidados médicos à população trabalhadora eram feitos através das «Caixas», serviços médicos de baixa tecnologia e, em geral, de baixa qualidade integrados no sistema de previdência. A restante população estava abandonada a si própria e, em caso de desgraça, tinha de recorrer à assistência aos pobres.

O atraso técnico e científico da medicina praticado era enorme e disso tinham consciência os médicos particularmente os jovens médicos que são os promotores do movimento das carreiras médicas, na década de sessenta, que virá influenciar algumas tímidas inovações antes do Revolução (Estatuto Hospitalar de 1968 e Centros de Saúde de 1971) e servirá essencialmente de motor de mudança durante os governos de Vasco Gonçalves.

Assim neste período riquíssimo da nossa história irrompe o que de melhor existia na sociedade em geral e em particular na área da saúde. Em Maio de 1974, o médico António Galhordas, um dos líderes do novo associativismo é nomeado Secretário de Estado da Saúde do primeiro governo provisório e no primeiro programa de governo é incluído textualmente o «Lançamento das bases para a criação de um Serviço Nacional de Saúde ao qual tenham acesso todos os cidadãos».

Em Julho de 1974, no segundo governo provisório, o primeiro de Vasco Gonçalves, toma posse como Secretário de Estado Carlos Cruz de Oliveira, médico e militar de Abril. Em Setembro do mesmo ano são criadas por Despacho as CISSL, Comissões Integradoras dos Serviços de Saúde locais, isto é, os serviços médico-sociais, os serviços de saúde pública (centros de saúde) e os serviços das Misericórdias, dirigidos por representantes dos profissionais de saúde e representantes das populações.

De forma planeada e sábia estava estabelecido o primeiro alicerce da reorganização profunda dos serviços de saúde sobre o qual assentaria a nova política de saúde para todos. A unidade dos ser-

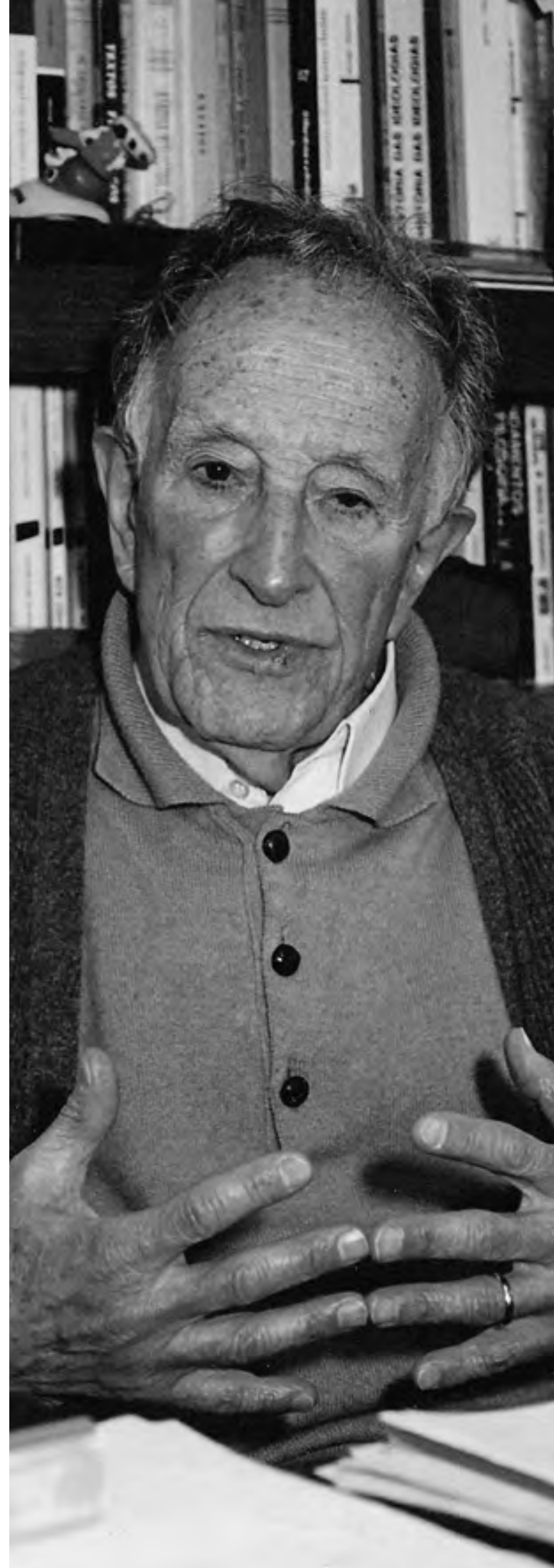
viços de saúde geridos democraticamente por representantes dos profissionais de saúde e da população, com autonomia de gestão com base em orçamento definidos passa a ser a norma que infelizmente a contra-revolução anulou até hoje.

Em Novembro deste super ano de 1974 é publicado pela Secretaria de Estado da Saúde um opúsculo subordinado ao título «Subsídios para o lançamento das bases do Serviço Nacional de saúde», com cerca de 72 páginas, profusamente distribuído com vista a promover uma ampla discussão emancipadora sobre os diversos sistemas de saúde que, segundo os autores, iria permitir uma escolha participada condizente com o novo condicionalismo político e social em curso.

O governo de Vasco Gonçalves reconhecia que não existia um modelo único de Serviço Nacional de Saúde válido para todos os países visto que «a organização sanitária é sempre resultante do estágio de desenvolvimento económico-social em curso, das coordenadas políticas e da experiência sofrida em cada um deles». E vai mais longe ao afirmar que tem consciência de que nenhum planeamento será eficaz se não tiver a participação dos cidadãos. «Seria tarefa vã tentar implantar um sistema, mesmo teoricamente perfeito, se não sufragado pela participação activa e interessada das populações.»

Com base neste guião diagnóstico da realidade e de propostas alternativas, qual manual da arte de bem pensar em saúde, foi feito um apelo ao país para ajudar a Secretaria de Estado da Saúde a preparar as bases do futuro SNS, nomeadamente partidos políticos, sindicatos, ordens profissionais, serviços e estabelecimentos de saúde públicos e privados, autarquias locais, instituições de ensino e associações cívicas, culturais e económicas. Constituiu uma acção inédita de pedagogia política de grande alcance, ímpar na nossa história recente.

Passo a passo foram criadas as condições para que, em Junho de 1975, no quarto governo provisório de Vasco Gonçalves, tivesse sido criado por Despacho, a maior, a mais profunda e efectiva medida operacional para estender os cuidados de saúde a toda a população- O Serviço Médico à Periferia (SMP). Numa conjuntura de um número crescente de médicos recém-licenciados disponíveis (também pelo fim da guerra colonial) que legitimamente aguardavam pela entrada nas especialidades, a maioria hospitalares, abre-se a perspectiva de terminado o internato de policlínica ir prestar um ano de serviço à periferia. Tratou-se de uma medida universal para todos os médicos licenciados depois de 1973, temporária até um ano e condição necessária para a continuidade da carreira médica e concurso para os quadros das instituições públicas de saúde incluindo os serviços médico-sociais da Previdência.



Só em Julho de 1976 é «legalizado» o SMP pelo DL n.º 580/76. No seu preâmbulo é expressamente referido: a acção desenvolvida pelos médicos policlínicos teve ampla receptividade por parte das populações que ficaram sensibilizadas para uma maior participação na resolução dos problemas locais de saúde. Foram igualmente positivos os resultados obtidos em estreito contacto com as populações, na prática de uma medicina inserida nas comunidades, fato de grande importância para a mais completa formação profissional. E assim se conclui que «o SMP se inscreva nas carreiras médicas a instituir o que implica, a título imediato, e como passo decisivo para a construção de um serviço nacional de saúde...»

Os médicos que viveram o SMP sentiram-se úteis pela sua prática médica junto e com as populações e deram o seu melhor na vigilância da saúde, no tratamento da doença e na saúde pública. Foi sem dúvida uma antecipação prática do Serviço Nacional de Saúde que viria a ser plasmado na constituição da República Portuguesa em 1976, no seu artigo 64.º.

O direito constitucional à protecção da saúde e o dever de o defender e promover está claramente associado à criação de condições económicas, sociais, culturais e ambientais das populações, reconhecendo as condições de vida e trabalho como factor determinante da saúde. Para assegurar o direito à protecção da saúde o Estado deve garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação de forma geral, universal e gratuita.

Em 1979 é aprovada a Lei do SNS que marca o ponto alto da institucionalização do direito constitucional à saúde com definição clara das forças políticas que estão com o processo e que defendem a continuidade da organização e prestação de cuidados universais e gratuitos para toda a população.

Como reflexões últimas deste período histórico em ambiente revolucionário cabe valorizar que assistimos a um profundo acerto de decisões em matéria de saúde e organização de serviços, onde a teoria e a prática se acompanharam dialecticamente com a elevação geral da qualidade dos cuidados da saúde prestados, em regime de equidade de acesso universal e com custos acessíveis.

Um comentário final para dar testemunho pessoal destes méritos do arranque do SNS como parte integrante das condições favoráveis da revolução de Abril que Vasco Gonçalves tão bem soube interpretar. Médico formado em 1974, fiz o serviço médico à periferia num concelho do Alentejo, em 1977, fui Delegado de Saúde, presidi à Comissão Integradora dos Serviços Locais de Saúde, assegurei a sua gestão autónoma e prestei contas em conjunto com os representantes das populações.



A questão da habitação

Catarina Ruivo

Portugal saiu do fascismo com enormes carências habitacionais. Se, desde 1969, o regime avançara programas e políticas centrados no problema da habitação, sem as condições materiais e políticas para que estes fossem consequentes, o défice de habitações continuava a aumentar. Em Abril de 1974, existiam no país mais de 500 000 famílias a precisar de casa. Nas grandes cidades, a sobreocupação de apartamentos ou quartos subarrendados, ou de alojamentos sem as mínimas condições de habitabilidade nas ilhas ou bairros de barracas, generalizada desde o século XIX, não tinha diminuído. No país, menos de metade das famílias tinha acesso a água, electricidade, esgotos e instalações sanitárias. Os equipamentos e infraestruturas urbanos permaneciam por construir há duas décadas nos bairros de promoção pública, e as famílias que os esperavam viam o seu acesso à habitação dependente da sua conduta moral e política.

Ainda assim, se antes do 25 de Abril de 1974 já se começava a sentir a capacidade de mobilização e solidariedade das populações na resistência a despejos injustos, no período que o seguiu, a organização de moradores assumiu-se como uma vertente incontornável do processo de dinamização popular de escala local. As mesmas condições que, ao longo do regime fascista, serviram para segregar as populações no seu local de residência, tornaram-se focos de mobilização. Reivindicava-se a abolição dos regulamentos fascistas de acesso à habitação pública e o fim dos despejos. Reclamava-se a urbanização por construir das zonas suburbanas para onde, nas grandes cidades, tinha sido afastada a grande massa da classe trabalhadora: os transportes públicos e os acessos, os equipamentos infantis, escolares, sociais, culturais e desportivos, parques, jardins.

Reflexo no aparelho legal da multiplicidade desta luta, a política de habitação que se foi desenvolvendo ao longo do processo revolucionário surgido do 25 de Abril – largamente pensada e avançada durante os primeiros governos provisórios – pretendeu-se sistémica, capaz de entender o problema da habitação na sua globalidade e de oferecer soluções para cada uma das suas partes. Pontualmente, no congelamento das rendas, suspensão dos despejos e a regulamentação imediata do mercado livre da habitação. Globalmente, integrada num projecto revolucionário, a questão do alojamento desenvolvia-se lado a lado com a retoma de direitos sociais e dinamização económica do país, em particular da indústria da construção civil que, largamente independente de mercados estrangeiros, contribuiria para a criação de emprego.

Assim, com a reorganização interna do Fundo de Fomento de Habitação (FFH), acompanhada por uma agora existente capacidade política de conduzir expropriações e financiar uma política pública de habitação, conseguiu-se, desde logo, avançar, de forma conse-

quente, com projectos de habitação integrada à escala urbana que – concebidos durante o fascismo – não tinham saído do papel. Com a reestruturação da legislação do movimento cooperativo, favorecendo as cooperativas de habitação económica, fomentou-se uma forma de auto-organização que, em articulação com o FFH e municípios, teria um papel essencial na resolução de problemas locais e no desenvolvimento das grandes cidades.

Ao mesmo tempo que se pensava a grande escala, no território e no tempo, atacavam-se os problemas urgentes das populações mal alojadas. No Porto, por exemplo, avançou-se rapidamente com a criação do Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo (CRUARB), aproveitando a variedade e profundidade dos estudos realizados sobre esta área da cidade ao longo da década anterior. À escala nacional, no 1.º mês do II Governo Provisório, foi criado o Serviço de Apoio Ambulatório Local, SAAL. O programa dependia da organização prévia e participação activa dos moradores na melhoria das suas condições de habitação, actuando nos próprios locais em que viviam. Na aproximação às populações, o SAAL representou uma resposta local a problemas distintos daqueles que deveriam ser abordados a longo prazo e à escala do território. No SAAL, a multiplicidade de realidades do país espelhou-se na variedade de formas, estratégias e princípios com que cobriu o território, indo da grande à pequena escala, operando tanto nas grandes cidades como nos pequenos polos urbanos, e sendo não só o reflexo de múltiplas lutas, mas o resultado da proximidade e do conhecimento da especificidade de cada uma delas.

O fim do processo revolucionário significou a extinção do SAAL. Perdeu-se, com ele, o desenvolvimento de habitação dentro de uma política de proximidade com as populações. No entanto, as dinâmicas sociais que nasceram do 25 de Abril não puderam ser imediatamente travadas. As organizações de moradores continuaram a pressionar e a conseguir que, ao longo dos anos 80, fossem construídas as estruturas urbanas que lhes eram devidas e que, em algumas partes do país, constituíram as primeiras redes de equipamentos para a infância e juventude. A legislação cooperativa, desmontada pouco a pouco, demorou mais de uma década a ser liberalizada. Em 1982, a extinção do FFH levou consigo a atribuição ao estado do papel de promotor habitacional. No entanto, a resolução do problema da habitação, imposta pelas populações e assente nas bases construídas durante o período revolucionário, manteve-se uma questão central da primeira década de democracia. A construção de milhares de fogos de promoção pública e cooperativa por todo o país até meados dos anos oitenta só pode ser vista como resultado desta dinâmica.

DEFENDER AS NACIONALIZAÇÕES NA VIA DE ABRIL



Evocação e homenagem no centenário do nascimento de Vasco Gonçalves

As Nacionalizações

Américo Nunes

Dois mil e vinte e um é o ano do centenário do nascimento do general Vasco Gonçalves, revolucionário genuíno e inteiro da Revolução de Abril. Pelo humanismo e convicção das suas ideias, a forma incondicional como defendia os explorados e oprimidos e um futuro melhor para Portugal e para o seu povo. Recordo com emoção dois discursos em que o ouvi directamente. Na Sorefame, depois de nacionalizada, onde mais de mil operários o ovacionaram e orgulhosamente mostraram uma enorme turbina hidroelétrica e uma linha de produção de carruagens destinadas a satisfazer uma encomenda do metropolitano da cidade de Chicago. Outro, no I Congresso da Intersindical, onde os delegados o aplaudiram durante cerca de 15 minutos e se comprometeram com o seu apelo à “batalha da produção”.

Vasco Gonçalves era amado pelos trabalhadores e odiado pela reacção. Foi até hoje o único Primeiro-ministro a falar num congresso da central sindical dos trabalhadores portugueses e num Primeiro de Maio organizado por ela, o de 1975.

Uma boa forma de homenagem à sua memória será pois, lembrarmos as transformações realizadas ou iniciadas em pouco mais de um ano em que chefiou quatro governos provisórios. As mais marcantes foram seguramente a Reforma Agrária, as nacionalizações e a respectiva repercussão na melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das populações da zona do latifúndio, dos trabalhadores das empresas nacionalizadas, e numa primeira fase, a sua contribuição para travar a sabotagem económica que ocorria levada a cabo por monopolistas e latifundiários após se darem conta que o 25 de Abril se transformara em revolução.

A liquidação dos monopólios e do latifúndio no Ribatejo e Alentejo contribuiu para aprofundar a democracia, proporcionando a participação democrática dos trabalhadores na vida das empresas e cooperativas agrícolas, ao mesmo tempo que pôs ao dispor do poder político, alavancas fundamentais para o desenvolvimento do país. Compreender-se-á melhor esta afirmação se tivermos presente a natureza de classe do regime fascista derrubado, e a sua associação aos monopolistas, latifundiários, e ao imperialismo. Um mês depois das nacionalizações, a 15 de Abril de 1975, o Governo de Vasco Gonçalves aprova as bases gerais dos programas económicos de medidas de emergência, com o fim de garantir a independência nacional e reconstruir a economia: “Programa Nacional de Emprego”, “Programa de Preços – Bens Alimentares Essenciais”, “Programa de Transportes e Comunicações”, “Programa da Reforma Agrária” e “Programa de Controle dos Sectores Básicos Industriais”. Estes programas têm também como objectivos salvaguardar o poder de compra, atingir o pleno emprego e garantir aos trabalhadores o controlo da produção.

Em plena crise mundial de 1973/75, no auge do regresso de mais de 600 mil retornados das ex-colónias, tornadas países independentes, desloca-se a Portugal, em Dezembro de 1975, uma missão da OCDE para observar a situação económica e social do País.

Em contraposição aos cenários catastróficos então veiculados pelas forças contra-revolucionárias, de que a revolução instalara o caos económico em Portugal, e que continuam ainda hoje a ser paguados pelos seus herdeiros do século XXI, é esclarecedora uma conclusão do relatório da insuspeita Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Económico: «A economia portuguesa está surpreendentemente saudável.»

Quando privatizadas, as Empresas Públicas tinham 200 mil trabalhadores, contribuíam com 18% do PIB e abarcavam 20% do investimento realizado, não incluindo nestes números as cerca de 600 empresas participadas maioritariamente ou minoritariamente pelo Estado.

Em Julho de 1984, a Coordenadora CGTP-IN das Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) do Sector Empresarial do Estado (SEE) fazia o seguinte balanço:

Apesar do não cumprimento dos compromissos por parte do governo, quanto a investimento, e da dívida gigantesca do Estado e de outras entidades, cujo pagamento é constantemente adiado, quando não simplesmente anulada, por decreto ou simples despacho, como foi feito relativamente à CP e à RN em valor superior a 18 milhões de contos e só à EPAL, à Petrogal, EDP e à banca nacionalizada, a dívida do Estado relativa ao período entre 1980 e 1984 ser de 350 milhões de contos e de apenas à EDP, a dívida dos privados ter passado no mesmo período de 2,8 milhões de contos para 20 milhões de contos, mesmo assim, o Estado recebeu do SEE mais 200 milhões de contos do que deu sob a forma de aumento de capital, indemnizações compensatórias e subsídios.

Em Janeiro de 1985 a CGTP-IN afirma em conferência de imprensa: o SEE representa 20% da riqueza criada durante todo o ano, e 30% do investimento realizado em todo o país.

Estas alavancas essenciais para o desenvolvimento foram desvalorizadas ou vendidas a preços de saldo ao longo de mais de 40 anos por governos sucessivos do PS e do PSD. Entretanto, a dependência alimentar de Portugal quase duplicou, a indústria pesada e a marinha mercante desapareceram completamente e a banca nacionalizada ao serviço do desenvolvimento do país foi privatizada e absorvida pelo sistema financeiro vampiresco internacional.

Em 2020, foi e é patético vermos o governo a comprar no estrangeiro carruagens de comboio em segunda mão e parte dos responsáveis pela destruição do património financeiro e industrial do país a clamarem pela sua reindustrialização.

A governação do General Vasco Gonçalves Direitos das Mulheres e Cidadania em Igualdade – Avanços

Maria José Maurício

No âmbito das comemorações do centenário do nascimento do General Vasco Gonçalves, recebi o honroso convite para testemunhar acerca dos avanços alcançados em relação aos direitos das mulheres e cidadania em igualdade, durante os governos de que foi Primeiro-Ministro. Com todo o prazer e grata satisfação aceitei compartilhar alguns dos mais belos momentos da participação cívica que, em memória viva e experiência inscrita, conservo da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Conheci o General Vasco Gonçalves através da Comunicação Social como Militar de Abril e Primeiro-Ministro de Portugal de quatro governos provisórios, durante quinze meses. Sempre que se dirigia ao país, ouvia-o com toda a atenção e a imagem que retenho é a de uma pessoa afável, directa, determinada, com uma linguagem clara e sempre muito incisivo na mensagem fundamental da sua alocução.

Revivendo esses momentos, ocorreu-me o seu discurso proferido na empresa Sorefame, em 1975, do qual extraí a passagem citada no início deste escrito, e das suas palavras deduzo aquilo que melhor posso expressar acerca do tema que me foi proposto escrever. Desde logo, sublinhando, que, o facto de o Primeiro-Ministro se dirigir às mulheres em comunicação pública e o modo como se exprimiu, era algo impensável no Portugal do antes do 25 de Abril, mostrando que elas, as mulheres, alcançavam visibilidade pública e entravam no discurso político governamental.

Dizia o então Primeiro-Ministro: “As mulheres têm uma força enorme dentro delas”. Sim, sempre tiveram, embora nem sempre lhes tenha sido concedida a relevante justiça de ser mencionada publicamente. Mas a Revolução mostrou que elas tiveram coragem de abraçar a luta anti-fascista, vencer barreiras que condicionavam a sua participação cívica, lutar pela conquista dos seus direitos e realizar sonhos centenários de serem livres e emancipadas.

Saíram à rua ainda as operações militares para o derrube da ditadura prosseguiram, e não se julgaram “inferiores aos homens”, pois com eles ombream na conquista da liberdade, apoiaram o Movimento das Forças Armadas/MFA, gritaram “Fascismo Nunca Mais”, assumindo-se cidadãs inteiras em revolução.

Saudaram o Programa do MFA que revogou as leis discriminatórias em relação às mulheres, nomeadamente, o artigo da Constituição do anterior regime repressivo, onde se proclamava a igualdade perante a lei “... salvas quanto à mulher, as diferenças

resultantes da sua natureza e bem de família...”, e conquistaram a igualdade entre os sexos perante a lei.

Exprimiram as suas ideias e discutiram com os homens na família, abrindo novas mentalidades sobre o direito à igualdade nas responsabilidades familiares e na educação dos filhos, derrubando estereótipos como “A casa é das mulheres, a rua é dos homens”. Conquistaram o espaço público e defendiam as suas convicções nas praças e nas ruas, em confronto com opiniões divergentes ou em defesa da Revolução, nos momentos mais difíceis do processo revolucionário.

Nos locais de residência onde se procedia ao saneamento das estruturas do poder local herdado da ditadura, as mulheres desempenharam um importante papel, integrando as comissões administrativas e as comissões de recenseamento, criando as condições necessárias para a realização das eleições previstas para a institucionalização da democracia e, através do voto livre e universal, eleger e ser eleita para todos os órgãos de soberania do País.

Nas empresas industriais, no comércio e serviços, na Administração Pública, nos campos do Alentejo onde se iniciou a Reforma Agrária, saudaram a implementação do Salário Mínimo Nacional para todos os trabalhadores, mulheres e homens, e viram reforçados os direitos sociais como o subsídio de desemprego, o direito às prestações de assistência médica na doença e na maternidade, o abono de família e outras prestações complementares.

Nos instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho assim como na Portarias publicadas pelo Ministério do Trabalho, foram garantidas condições para a aplicação do princípio de “salário igual por trabalho igual” e de dignidade profissional para as mulheres no local de trabalho.

Durante os seus governos, registaram-se os maiores avanços na saúde, na habitação, na educação, na cultura e também no reconhecimento da luta das mulheres no plano internacional, nomea-

“Mas as mulheres têm uma força enorme dentro delas.

Não vos julgueis inferiores aos homens.

Exprimi também as vossas ideias,

discuti com os homens.”



damente, a consignação e ratificação da celebração do Ano Internacional da Mulher em Portugal, proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, como o Ano Internacional da Mulher, em 1975.

Através do movimento dos professores e do movimento estudantil foi criado com o MFA um Serviço de Alfabetização e Educação Sanitária, especialmente dirigido à população do interior do País. E foi instituído o Serviço Cívico Estudantil, concretizado no Plano Trabalho Cultura e Serviço Cívico Estudantil, dirigido pelo etnólogo Michel Giacometti, levando os estudantes a participar em acções cívicas, conhecer a realidade da vida do povo e contribuir para a construção da democracia.

Na luta pelos seus direitos, as mulheres encontraram no Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves um aliado único – o Companheiro Vasco, acalentando a sua participação cívica e política – dedicada, perseverante e corajosa -, que teve repercussões tanto no período revolucionário e na defesa do 25 de Abril como na construção da democracia, promovendo os valores da igualdade, da solidariedade e da justiça social, abrindo horizontes para a construção de uma sociedade livre, democrática e mais justa, como veio a ser consagrada na Constituição da República, em 1976.

Sem elas a Revolução não teria sido a mesma.

Na memória de todos nós se abriga a lembrança da vivência de um tempo novo num País em construção e, no labor desses dias plenos de entusiasmo, a alegria inundava-nos os rostos e as vozes entoavam canções de liberdade, seguindo a voz de Ermelinda Duarte: “Somos livres, somos livres, não voltaremos atrás”.

Em homenagem ao General Vasco Gonçalves, no centenário do seu nascimento e quarenta e seis anos depois da Revolução, as mulheres continuam a trilhar os caminhos de Abril, erguendo a sua voz bem alto: **Não voltaremos atrás!**

Vasco Gonçalves Do Homem e do Desporto

A. Melo de Carvalho

Do Homem já eu conhecia a silhueta inquieta, o entusiasmo desmedido e o sorriso brando e quente, a sua voz cheia de futuro. Chegava-me por aqueles dias movediços e desafidores a sua imagem, através da TV, e conhecia algum do seu pensamento pelas entrevistas dos jornais, que subitamente tinham ocupado um novo espaço na minha vida. As suas tomadas de posição e as suas opiniões, marcavam indelevelmente o fim de um tempo odiado, e para muitos verdadeiramente mortal. Era, por então, uma torrente de uma esperança aberta no tempo onde íamos beber a força renovada, para nos lançarmos na construção de um novo futuro, para redimir um País e o seu povo de uma história de muitos anos de ignomínia e desesperança.

Era bem visível que o “salazarismo”, designação sintética de uma desgraçada época de ignorância, decapitação intelectual e perseguição implacável a tudo o que poderia fazer estremecer as ideias dominantes no país, tinha terminado. Mas, como hoje o sabemos, não acabou o fascismo, essa raiz histórica profunda, mãe de todas as injustiças e fonte de desumanidade, servidora dos “señhores disto tudo”.

O Homem, esse homem avassalador, era Vasco Gonçalves.

“Estranho” político este, especialmente num tempo de enorme efervescência, em que todos pareciam poder subir à ribalta. Estranho, na medida em que dele irradiava uma força, simultaneamente construída pelas convicções, pelo conhecimento profundo do sofrimento da “arraia miúda” e pelo desapego pessoal ao poder e às coisas materiais. Nunca na minha existência conhecera alguém semelhante, entre aqueles para quem o derrube do fascismo constituía a força vital da sua existência, e muito menos depois, mais de quarenta anos passados, para quem a motivação dominante foi, na grande maioria dos casos, a conquista do poder pessoal, nada preocupados com as dificuldades de vida das populações, e com a resposta consistente e não fictícia, às suas necessidades reais.

O objectivo deste meu escrito, seria o de falar do desporto naquele tempo aberto, em que Vasco Gonçalves exerceu o poder. Lamento, mas não posso seguir esse caminho. Por um lado, porque a extraordinária “aventura” vivida, durante dois anos, por um grupo valoroso e vasto de técnicos, dirigentes e animadores, todos voluntariamente dedicados à causa da democratização do desporto, promoveu, com uma dedicação sem limites, a extraordinária adesão de vastos grupos da população, não caberia, se não de uma forma meramente caricatural, em tão curto espaço. Por outro lado, porque não sou a pessoa indicada para o fazer, devido à minha apaixonada intervenção neste processo, o que me retira toda a lucidez e isenção para o fazer.

Dos anos da Revolução continua a viver em mim a memória indestrutível de um povo em movimento, à procura de um novo caminho para o futuro. Essa memória marcou o meu ser como um ferro em brasa, cuja ferida continuará aberta até que eu retorne às cinzas originárias. Todavia, dessa extraordinária dinâmica, guardo um daqueles momentos cruciais, que cada um de nós recolhe no mais recôndito de si, como um cristal puro. Tratam-se de dois encontros

pessoais com o General Vasco Gonçalves, no seu gabinete e depois no jardim do Palácio de Belém, por ele promovidos. Ainda hoje, mais de quarenta anos decorridos, não consigo descortinar com a devida clareza a razão de ser dessas horas de uma troca de impressões extremamente ricas, e em que eu fui dominado pela poderosa corrente das ideias. Na realidade, sempre desconfiei que o General quiereria esclarecer algumas das atoardas que corriam acerca do trabalho que se estava a desenvolver na área do desporto.

É certo que, na minha ansiosa expectativa, eu já esperava encontrar uma pessoa de grande poder intelectual e cultural. No entanto, fui completamente apanhado de surpresa pela profundidade como Vasco Gonçalves entendia e verbalizava as suas concepções sobre a educação, a educação física e o desporto. As fórmulas estereotipadas correntes nos discursos políticos, as falácias comuns sobre o desporto, e as ideias feitas, sem qualquer significado cultural e educativo, estavam completamente ausentes do seu raciocínio. Ele falou longa e dolorosamente do grande drama da inexistência da educação física na então escola primária, da falta da educação desportiva da juventude portuguesa e da alienadora utilização com que o desporto estava a ser utilizado.

Falou-se essencialmente no povo. E quando o fazia, todo o seu ser respirava uma emoção que se projectava para um futuro que adivinhava ameaçado. Mas, era o povo, esse povo que ele conhecera no interior das serras, das savanas e ali, dentro da cidade, em aglomerados sombrios e de vida mais do que difícil, que constituía o verdadeiro sentido para se encontrar ali, despendendo toda a sua energia vital. Era esta que projectava o desejo profundo de o arrancar à vida de sofrido silêncio, submetido anos após anos, aos interesses dos poderosos. E foi daí, que estranhamente mas com plena justificação, se falou do desporto.

E ali fiquei eu, suspenso na tarde e da sua palavra, emotiva e afectiva, referindo o desporto como uma prova de humanidade reconquistada, como um artefacto civilizacional, constituindo um direito inalienável, como então a Constituição, nessa altura em laboração, o viria a definir. Eu, “homem do desporto”, como “soi” dizer-se, jamais tinha ouvido falar da minha especialidade com tamanha dimensão e profundidade, por um político. E é justo dizer que também nunca mais ouvi tal discurso vindo de qualquer político, pois que aquilo que encontrei ao longo destes mais de 40 anos, não foram mais do que balelas oportunistas e “popularuchas”. Mas, o meu espanto não terminou aí, pois continuou, aprofundando-se, quando ele passou a referir-se a J.J.Rousseau, Piaget, Wallon, Montessori, Dewey, Claparède, Decroly, e outros grandes pedagogos, que me explicou que estudara quando tivera responsabilidades educativas, assim como a Coubertin, Elias, e outras personalidades do desporto, inclusive o “nosso” Sílvio Lima, afinal o único universitário português que prestou alguma atenção ao assunto, durante toda a primeira metade do século XX.

Ele falou então e longamente, da necessidade de ultrapassar os preconceitos promovidos pela concepção dualista da educação, ori-

Evocação e homenagem no centenário do nascimento de Vasco Gonçalves

ginados pela defesa das ideias de Platão e Descartes, para se poder construir uma visão do desporto, concebido como uma forma cultural humanizadora, a difundir por todo o país. Para isso, era preciso lutar contra preconceitos e hábitos profundamente enraizados na cultura portuguesa, mas também promover a existência dos meios e estruturas indispensáveis, a partir de uma vontade política decidida, activa e devidamente organizada.

Nestes momentos o seu rosto, as suas mãos e todo o seu corpo, sofriam uma transformação. Da emoção interior e concentrada com que falara do País, passara para um discurso entusiástico e ardente, visionando um futuro que, nesse preciso momento, se abria, possibilitando a criação de uma nova realidade. Quase 50 anos depois, essa chama interior que deflagrara no meio da tarde, continua presente no meu pensamento e na minha vontade. É ela, desde aí, que me socorre nos momentos mais difíceis depois vividos, com a nostalgia daquilo que o povo deste país viria a perder: um Homem, culto, sagaz e com enorme capacidade de acção, disposto a defendê-lo até ao limite das suas forças.

Lentamente tornava-se claro para mim a razão de ser dos estranhos convites que recebera, e que Vasco Gonçalves desejava manter reservados, pois eles violavam a hierarquia estabelecida, mas que ele não desejava que susceptibilizassem ninguém: de facto, ele procurava obter de viva voz, o esclarecimento sobre algumas críticas que lhe tinham chegado sobre a acção que a então DGD estava a empreender. Foi neste momento, em que lhe expliquei que aquilo que se pretendia concretizar, era a nóvel noção do “desporto para todos” elaborada e defendida pela UNESCO, sem excluir ninguém nem nenhuma estrutura, mas procurando terminar com a política das “pedras mortas”, tão duramente criticada por António Sérgio, e que provocara uma profunda subutilização das estruturas existentes, enquanto a grande maioria das escolas e dos clubes não as possuíam, que se estabeleceu uma corrente de entendimento recíproco que jamais poderei esquecer. Ele rapidamente compreendeu que algumas dessas críticas tinham origem na procura em manter antigos privilégios, referidos sobretudo ao designado desporto federado, procurando argumentar com a ausência de campeões, e que embora referindo o desporto para todos, destinavam-no, de facto, só para alguns, continuando a afirmar-se como essencialmente anti-democrático.

Esta atitude indignou-o profundamente. Naquele seu estilo directo, claro e entusiástico, o que era preciso desde já, era promover a educação de todo um povo a quem tinham sido sonegados direitos essenciais, geração atrás de geração (neste caso o direito à educação, e nesta, o direito ao desporto). O que estava em causa, era uma educação integral de que a educação física deveria ser parte integrante, encontrando formas e meios, dentro da escola e na própria comunidade, para se poder concretizar de acordo com as mais modernas concepções científicas e pedagógicas. Tratava-se de uma preocupação que só poderia concretizar-se a médio prazo, mas que, em termos imediatos, manifestava um profundo respeito por aquilo que deveria caracterizar a formação da nova geração. Esta era a concretização

de um direito, de carácter profundamente democrático, que deveria passar da simples intenção meramente platónica, para a vida real das muitas centenas de milhar de crianças e jovens do país.

Ao longo desta extensa troca de opiniões, tornou-se rapidamente evidente para mim, que não estava na presença de um político “banal”, quer dizer, de alguém que vai para a política e que nela está, por ambição pessoal e gosto pelo exercício do poder. A verdade é que eu não estava na presença de um “homem banal”. A percepção dessa realidade foi-se impondo não só através das ideias políticas, mas também pela atitude de extrema empatia que emanava do indivíduo. De facto vivi uma situação privilegiada, em que ao poderoso pensamento de uma riqueza única, se juntava a extraordinária convicção da importância da missão a cumprir. Na verdade, estava na presença de um HOMEM.

Em minha opinião, foi isto, esta capacidade de estar com os outros, compartilhando as suas dificuldades, anseios e dúvidas, integrando-as no panorama vasto e penoso que então se vivia, acompanhado pela vontade férrea de seguir o caminho da liberdade e da dignidade, que lhe construíram a dimensão histórica e cultural ímpares que o afirmarão no firmamento da história do país. O seu pensamento, estruturado num processo cultural em que se conjugava uma visão profundamente humanista da compreensão do ser humano e da sociedade, com uma extensa erudição, resultante da necessidade patente em conhecer, compreender e analisar, os fenómenos, os comportamentos e as suas motivações, estruturavam uma personalidade a que ninguém podia ficar indiferente.

Foi por isso que a questão desportiva, tema frequentemente ridicularizado, fruto da ignorância cultural endémica, que desde sempre, ocupara um lugar de desdém entre a “inteligência” portuguesa, era agora colocada no devido lugar, em termos culturais, e era naturalmente envolvido na problemática vasta e complexa do desenvolvimento do “novo” país que Vasco Gonçalves tinha em mente e transportava no seu coração. É certo que na sua análise, perpassavam já sinais da enorme traição que pressentia que se estava já a organizar. Naquele início de Primavera, ele manifestava o conhecimento das sombras ameaçadoras,tanto internas como externas, mas em completo conluio de interesses, que começavam a esvoaçar sobre a vida e os direitos do povo português. Nesse momento o seu olhar era ensombrado por um véu silencioso de amargura e preocupação, e as palavras carregavam-se de amargor.

45 anos depois destes encontros, é com uma tristeza profunda e amarga que relembro o que então dissera Vasco Gonçalves. A minha tristeza, manifesta-se no facto incrível da enorme perda para o país de um HOMEM, político diferentemente excepcional, que, pela sua capacidade mental, cultura e vontade de concretizar, teria tido uma influência decisiva na evolução positiva da Sociedade Portuguesa. Mas, também não me resta qualquer dúvida, que foi precisamente por esse HOMEM possuir essas capacidades, e caracterizar-se por uma verticalidade indomável e um profundo humanismo nas suas atitudes, que acabou por ser afastado, através das mais odiosas traições.

Uma coragem que abalou o mundo

José Goulão

Os governos provisórios de 1974/1975 em Portugal presididos por Vasco Gonçalves desenvolveram uma política externa de paz, soberania, independência nacional e de respeito activo pelo direito internacional que marcou um período histórico e sem exemplo no país. Aplicando, no espírito e na letra, os princípios que guiaram o Movimento das Forças Armadas em Abril de 1974, esses governos interferiram profundamente na ordem mundial então existente, principalmente em África.

A descolonização na forma como foi assumida a partir de Portugal traduziu-se por um acto de dignidade e de coragem que permitiu ao povo português libertar-se de uma guerra criminosa e passar a encarar o futuro através de perspectivas bem menos sombrias.

O que já não seria pouco.

A descolonização, porém, foi muito mais do que isso. O processo seguido abalou o colonialismo puro e duro mas também as tendências e versões neocoloniais que se apresentaram, a nível interno e das colónias, reivindicando direitos e representatividades inexistentes para que mudassem as aparências e se mantivesse a essência das relações de poder. Vasco Gonçalves teve um papel histórico na definição do rumo autenticamente descolonizador, afrontando as manobras internas e externas patrocinadas pelos nossos velhos “amigos e aliados” acoitados numa NATO enraivecida e conspirativa.

A História desses tempos – aquela que vai sendo oficializada por poderes e interesses então derrotados mas que logo retomaram a iniciativa – pretende atribuir ao processo descolonizador assumido pelos governos de Vasco Gonçalves os dramas humanos e as guerras que envolveram as independências de Angola e Moçambique. Trata-se de uma brutal viciação, uma repugnante mistificação porque os conflitos que se seguiram foram alimentados por poderes e interesses nacionais e transnacionais que não aceitaram a autêntica descolonização, isto é, a lição de respeito dada ao mundo por uma velha e novas nações que souberam entender-se de forma digna, independente e soberana após longos tempos de opressão e guerras.

O problema não foi a descolonização; foram os círculos de poderes e interesses que não a aceitaram e a sabotaram – interna e externamente – porque, no fundo, pretendiam a continuação do colonialismo sob outras formas.

O processo que conduziu à independência das colónias portuguesas contribuiu para fazer convergir mais rapidamente as atenções sobre a evolução dos acontecimentos em Portugal a seguir ao derrube da ditadura. Em causa estava não apenas as transformações progressistas num país da NATO mas também a relação de forças internacional, em plena guerra fria, associada às potenciais mudanças em África. O neocolonialismo era o caminho de que as grandes potências europeias e os Estados Unidos não estavam dispostas a abdicar e daí ao patrocínio da desestabilização, da conspiração, do golpismo e do terrorismo em Portugal – e nas colónias – foi um ápice.

São conhecidas as manobras políticas contra os governos de Vasco Gonçalves conduzidas pelo embaixador dos Estados Unidos em Lisboa, Frank Carlucci – em pleno tirocínio que o levou à chefia da CIA – em colaboração directa com o dr. Mário Soares, cuja aposta na estratégia neocolonial e terrorista seguida pela Unita do criminoso Jonas Savimbi a História veio amplamente confirmar.

Actuando como cavalos-de-troia para minar a partir de dentro os governos de Vasco Gonçalves e conspirando no exterior conjugando esforços contra os caminhos seguidos pela Revolução de Abril e pela descolonização, as forças sintonizadas com a estratégia imperial patrocinada por Frank Carlucci não conseguiram, porém, concretizar o seu objectivo de impedir uma independência real dos novos Estados africanos. Os militares de Abril, com Vasco Gonçalves à frente dos seus governos, os movimentos de libertação nacional dos novos países africanos e as forças políticas portuguesas autenticamente anticoloniais não o permitiram.

A distorção histórica do processo de descolonização tornada ver-são comum contribui para ocultar as importantes repercussões na



cena mundial e africana decorrentes do modo como Portugal e as ex-colónias abriram os caminhos para encerrar o contencioso colonial.

Olhando objectivamente para acontecimentos que seguem o rasto histórico proporcionado pela coragem dos governos de Vasco Gonçalves ao delinear uma autêntica descolonização, sobretudo em Angola e Moçambique, iremos encontrar transformações históricas que então pareciam ainda longínquas e bloqueadas, sobretudo devido à inércia das instâncias de âmbito mundial quando se trata de fazer cumprir o direito internacional.

É o caso da independência da Namíbia, da libertação de Nelson Mandela e do desmantelamento do odioso regime de apartheid na África do Sul. Um novo mapa de África emergiu na linha directa da acção corajosa, humanista e soberana de Vasco Gonçalves à frente dos seus governos, mesmo quando teve de confrontar-se com as manobras neocoloniais internas e externas subordinadas aos mecanismos imperiais – sempre presentes no combate à Revolução de Abril.

A forma como se consumou a independência de Angola e Moçambique é decisiva para que aquelas grandes transformações em África fossem possíveis, embora tenham sido fruto de muito sangue humano, muita vida inocente destruída porque o colonialismo, tradicional ou nas suas versões mais modernas, é um monstro insaciável e com muitas cabeças. A guerra vitoriosa travada durante os anos oitenta pelo exército angolano contra a invasão sul-africana, contando para isso com a solidariedade internacionalista das forças militares cubanas, foi determinante para as grandes transformações vividas na África do Sudoeste. A montante, porém, está a maneira sólida, coerente e avançada como se consumou a independência angolana, na sequência do processo aberto pelos militares de Abril e pelos governos de Vasco Gonçalves.

Quando a Namíbia se tornou independente, Mandela foi libertado e a aberração histórica do apartheid chegou ao fim, Portugal já estava, porém, do outro lado – o da colaboração activa com o neocolonialismo atlantista, o da subserviência imperial e da inércia perante o regime de segregação racial. Os encantos com a União Europeia e a NATO tinham afogado as afirmações de independência e de soberania que, inspiradas pelos militares de Abril, estiveram na génese de práticas corajosas e coerentes que permitiram à História avançar no sentido do humanismo. Hoje militares portugueses voltaram a África, envolvidos em supostas “missões de paz” que perpetuam os interesses neocoloniais, e participam em guerras puramente imperiais.

Nos antípodas desse comportamento subserviente e decadente está o exemplo deixado pela figura do general Vasco Gonçalves, que fez a demonstração de como Portugal pode ter uma presença independente e soberana no mundo, guiada pela procura da paz, pela solidariedade entre os povos, pelos princípios humanistas e pela defesa activa e sem equívocos dos direitos humanos e do direito internacional.

E afinal Portugal poderia até nem estar assim tão distante desse exemplo. Bastaria que a Constituição da República fosse plenamente cumprida.

Liberdade de imprensa – a grande ilusão

Anabela Fino



Numa altura em que os jornalistas passam «horas na Internet a dar a volta ao computador em vez de darem a volta ao mundo», e quando nas redacções se troca «a responsabilidade da oferta, que é a grandeza do jornalismo, pela tirania da procura», como tão assertivamente disse há algum tempo o director da revista internacional *Hermès*, Dominique Wolton, cabe perguntar qual o estado da liberdade de imprensa conquistada com a Revolução de Abril.

Dito de outra forma: que jornalismo é este que se faz, se é que ainda se pode chamar jornalismo ao que actualmente se produz em órgãos de comunicação social transformados em caixas de ressonância do poder instituído sem distanciamento e sem análise crítica?

A propósito da liberdade de imprensa, escreveu Lênine em 1917: «Na sociedade burguesa, a “liberdade de imprensa” consiste na liberdade, para os ricos, de enganar, corromper, mistificar sistematicamente, sem cessar, quotidianamente, por intermédio de milhões de exemplares, os pobres e as massas exploradas e oprimidas do povo.»

Mais de um século depois, o retrato traçado por Lênine foi retocado, mas não se alterou.

Vejamos: a liberdade de imprensa consagrada na Constituição portuguesa, no artigo 38.º, implica, entre outros aspectos, que o Estado assegure a «liberdade e a independência dos órgãos de comunicação social perante o poder político e o poder económico, (...) e impedindo a sua concentração, designadamente através de participações múltiplas ou cruzadas.» No entanto, os últimos dados do estudo europeu *Media Pluralism Monitor (MPM)*, respeitantes da 2017, dão conta de um risco elevado de concentração da propriedade dos *media*, com as indústrias tradicionais a serem «controladas por um número reduzido de operadores». Em Portugal, segundo o *MPM*, «os mercados de *media* assumem (típicamente) uma estrutura de oligopólio, com alguns grupos económicos dominantes, presentes em vários meios».

Com efeito, em 2020, sem contar com a tentativa de compra da *Media Capital* pela *Cofina*, a produção e difusão da comunicação social era detida por cinco grupos económicos ligados ao grande capital e à banca: *Media Capital*, *Impresa*, *Cofina*, *Global Media* e *Trust in News*. Em conjunto, controlam dezenas de títulos e empresas conexas, com um volume global de negócios anual que ronda os 500 milhões de euros.

Acresce que as participações cruzadas (*cross media*) geram mais fenómenos de concentração entre os diferentes sectores de *media* (televisão, rádio, imprensa, digital), o que reduz o pluralismo.

A caminho do pensamento único

Se é verdade que quantidade não é sinónimo de qualidade e muito menos de diversidade, não é menos verdade que quanto maior for a concentração maior é o risco de restringir a diversidade de opiniões e pontos de vista nos *media* nacionais.

Sabemos que não há jornalismo «quimicamente puro», tal como não há «jornalistas quimicamente puros». Os jornalistas são fruto da sua educação, da sua sociedade, das suas opções, e isso reflecte-se na sua forma de encarar o mundo e os seus problemas. Por mais que se tente ser «isento», «imparcial», os valores que cada um perflha estão sempre presentes e reflectem-se na forma como se vive e relata cada acontecimento. Como se isso fosse pouco, a redução do mercado de trabalho resultante da concentração deixa o jornalista ainda mais dependente do poder económico que controla os *media*. Como também disse Lênine, «na sociedade burguesa, a imparcialidade não passa de uma expressão hipócrita, dissimulada e passiva dos membros do partido dos saciados, do partido dos governantes, do partido dos exploradores».

A realidade é que um grupo restrito domina a comunicação social, impondo a sua visão do mundo, destacando e omitindo acontecimentos como bem entende. As mesmas imagens, os mesmos temas, as mesmas perspectivas passam em todos os órgãos, seja qual for o seu suporte.

Se se tiver presente que Portugal é o segundo país [de um total de 38] em que mais se confia nas notícias (58%), segundo o relatório *Digital News Report* de 2019, do *Reuters Institute for the Study of Journalism*, da Universidade de Oxford, percebe-se a gravidade das implicações da concentração. A televisão é o meio que os portugueses mais procuram como fonte preferencial de notícia (81%), seguido do 'online' (79%).

Cruzando esta informação com outra que nos diz que só menos de metade dos portugueses afirma ser capaz de identificar notícias deturpadoras da realidade ou falsas, compreende-se até que ponto a questão da verdadeira liberdade de imprensa é importante.

Não é por acaso, como dizia Lênine, que “os capitalistas (...) chamam «liberdade de imprensa» à supressão da censura e à possibilidade para todos os partidos de poderem editar a sua imprensa. “Na realidade, isto não é a liberdade de imprensa, mas a liberdade de os ricos, da burguesia, enganarem as massas populares oprimidas e exploradas”. Estar consciente desta realidade é fundamental para não nos iludirmos quando se fala de liderança de imprensa e não baixarmos os braços na luta que continua.

No centenário do nascimento de Vasco Gonçalves

António Avelãs Nunes



Conheci Vasco Gonçalves nas andanças dos Governos a que pertenci, e tive a sorte e a honra de ele me ter feito seu amigo. Comecei a frequentar a casa deste meu Amigo depois de ele ter deixado de ser Primeiro-Ministro. A primeira vez que o visitei, bati à porta e perguntei à senhora que me atendeu: é a casa do senhor General Vasco Gonçalves? Eu vou ver se o Sr. engenheiro está, respondeu-me ela (que ali trabalhava há muitos anos).

Militar por opção de vida, nunca procurou a glória e fez sempre uma vida igual à de qualquer outro cidadão. Mas este engenheiro invocava muitas vezes (em público e em privado) a sua condição de militar e as virtudes que lhe associava. E, sobretudo, tinha orgulho de pertencer ao MFA. Como tantas vezes repetiu, referindo-se aos que procuravam denegrir a sua imagem, “essa gente é o que é, eu sou um homem do MFA.” Essa gente é o que é (e continua a ser o que era então). Vasco Gonçalves será sempre um homem do MFA.

“Homem de um só rosto e de uma só fé, /de antes quebrar que torcer, /tudo pode ser, /mas homem de corte não é.” São versos de Sá de Miranda que apetece recordar a propósito de Vasco Gonçalves. Ele foi, realmente, homem de um só rosto: “Esta cara não se esconde – disse ele, dirigindo-se ao povo, olhos nos olhos, num dos seus discursos – não muda, não renuncia. É a minha cara. (...) É a cara a quem vocês pedirão contas.”

Homem simples, de uma humildade comovedora, ele não foi homem de corte. Ele foi um homem do povo, que sonhou com um socialismo “que consiste (também) na possibilidade de cada cidadão ser um homem de lisura, um homem limpo, um homem íntegro, um homem transparente.” Parece que desenhava o seu próprio retrato, porque Vasco Gonçalves foi isso mesmo: um homem de lisura, um homem limpo, um homem íntegro, um homem transparente.

O coronel Vasco Gonçalves era o mais graduado dos militares que organizaram o golpe que derrubou o fascismo em 25 de Abril de 1974. Mas nunca quis ser o primeiro: manteve-se no seu posto de soldado, pronto para a luta. Dizia sempre – e escreveu isso mesmo – que a sua participação no 25 de Abril, ao lado dos jovens capitães, foi o momento mais alto da sua vida. Mas nunca gastou tempo a fazer a sua própria estátua, para ficar para a História. Ele não tinha dúvidas: “é o povo português o sujeito da sua própria história.”

E, para ele, o povo, a Pátria “são os portugueses de carne e osso, o povo que vive dia a dia os seus problemas, mas que sofre e que tem alegrias, que constrói o futuro, dia a dia.” Com boas razões, detestava os patrioteiros. “O que mais me espanta nestes tipos – confidenciou um dia ao seu Amigo João de Freitas Branco – é a falta de patriotismo.” Creio que o que de mais autêntico podemos dizer de Vasco Gonçalves é isto mesmo: ele foi um patriota, que sempre pôs, acima de tudo, os interesses dos portugueses e da Pátria portuguesa.

Foi o seu patriotismo que o levou a abrir de par em par todas as portas que Abril abriu, para deixar entrar livremente os ventos de mudança que sopravam, porque ele acreditou que era possível realizar em Portugal “uma via pacífica e pluralista para a democracia e o socialismo, garantida pelas Forças Armadas.”

Porque acreditou nas capacidades do povo português, Vasco Gonçalves trabalhou, sem descanso, para tornar realidade no nosso País este programa político, encarnando, como nenhum outro militar de Abril, o espírito e a força da Aliança Povo-MFA, a força que, brandindo como armas os cravos de Abril, abriu as portas da revolução.

Creio que atribuiu à sua condição de militar o seu jeito de ser de antes quebrar que torcer. Mas os inimigos da revolução não lhe perdoaram a sua persistência, o seu amor à revolução, a sua coragem perante as dificuldades. E começaram a falar de gonalvismo, com o propósito de reduzir o movimento revolucionário a uma espécie de messianismo seguidista, sem bases sérias, sem apoio popular, condenado ao fracasso como todos os messianismos.

Criada para ser usada depreciativamente contra Vasco Gonçalves e contra o programa político que ele representava, a palavra gonalvismo é filha do medo de quem a inventou, medo da revolução, medo do socialismo. Para desespero dos inventores, ela acabou por se transformar numa homenagem a Vasco Gonçalves. Em 1977, ele próprio descodificou essa campanha: “Hoje em dia, falar de gonalvismo é identificar o gonalvismo com as conquistas da revolução”; “hoje em dia, a luta contra o gonalvismo é, na realidade, uma luta contra a Constituição.” Verdade de ontem, verdade de hoje. A Constituição de Abril foi revista vezes sem conta. Mas ela foi escrita pelo povo com tanta força que continua, ainda hoje, a recordar-lhes a Revolução e as Conquistas da Revolução.

Em 25 de Abril de 1974, o mundo vivia uma situação complicada de crise económica. O nosso país estava muito pior, por força de 48 anos de fascismo de 13 anos de guerra colonial. Apesar de ser este o ponto de partida, apesar do boicote das ‘democracias’ europeias (as mesmas que nos tinham condenado a mais trinta anos de fascismo depois da derrota do nazi-fascismo) e apesar da turbulência que sempre acompanha as épocas de revolução, a verdade é que, em finais de 1975 – como reconhece um Relatório da insuspeita OCDE – a economia portuguesa gozava de uma “saúde invejável.”

Numa publicação da Associação Conquistas da Revolução, que tem Vasco Gonçalves como inspirador, acho que é adequado terminar esta breve nota dizendo que é justo reconhecer que as Conquistas de Abril, as Conquistas da Revolução, têm um rosto: Vasco Gonçalves.

Os valores de Abril plasmados na Constituição, o futuro de Portugal, a soberania e as conquistas a defender e a alcançar

Baptista Alves

O preâmbulo da Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976 é uma perfeita introdução ao tema que me foi proposto e, por isso e pela importância de que se reveste a Lei Fundamental do País, vale a pena a sua integral transcrição neste texto:

“A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, correndo a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do País.

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

A Assembleia Constituinte, reunida na sessão plenária de 2 de Abril de 1976, aprova e decreta a seguinte Constituição da República Portuguesa.”

Um pequeno texto, uma única página a abrir as 139 que compõem a CRP de 1976, na versão original, que, no essencial, diz tudo.

Os direitos e deveres fundamentais dos cidadãos, as conquistas civilizacionais da Humanidade de que os portugueses haviam sido arredados pela ditadura fascista, as conquistas da revolução no campo social, político e económico, por um poderoso movimento popular aliado ao MFA, são o quadro de valores a que chamamos “valores de Abril” que foram plasmados na CRP de 1976 em 312 artigos e são estes os valores de Abril pelos quais nos batemos e continuamos a bater.

São estes também os valores de Abril e esta a Constituição que os poderes instituídos – após a sua promulgação e à sua luz – juraram defender, cumprir e fazer cumprir e, ao invés, a ignoraram soberaneiramente. E mesmo a subverteram, tanto quanto puderam, nas sete revisões constitucionais a que a sujeitaram.

Mas o preâmbulo mantém-se incólume, como que a testemunhar os crimes, as convívências e as omissões dos responsáveis perjurados.

Apesar de tudo isto, a CRP é ainda uma das mais progressistas do Mundo e é ainda a Constituição de Abril, o que, só por si, nos dá a medida da força e do apêgo do nosso povo aos valores de Abril e da capacidade de resistência e luta das forças progressistas consequentes e do povo trabalhador.

Mas não nos iludamos, a contra-revolução não desarma, logo no primeiro Governo Constitucional logrou criar condições para iniciar o ataque às conquistas da revolução, lançando toda a sua raiva contra a Reforma Agrária, abrindo caminho a um persistente afrontamento aos direitos conquistados, o que viria a assumir proporções inusitadas no período cavaquista. Foi a partir daqui que o país assistiu à mais bárbara destruição do património público de que há memória, à mais obscena promiscuidade do poder político com o poder económico e à “institucionalização” da corrupção no poder, que haveria de perdurar.

Nos últimos anos, alguma coisa mudou, pouco, convenhamos, mas muito para os desígnios dos contra-revolucionários, melhor dizendo, para os desígnios dos grandes grupos económicos reconstituídos no regabofe das privatizações e seus sucedâneos, que convivem mal com “direitos, liberdades e garantias”, em particular, com os direitos de quem vive do seu trabalho.

Os vorazes apetites destes grandes predadores nacionais e internacionais não têm limites. Voltaram para “comer tudo” e à mais pequena dificuldade exibem as suas garras: para amedrontar, dividir, enfraquecer as hostes progressistas e... eternizarem o seu domínio. É esta a armadilha (retirada do lixo da história) que chega até nós.

É tempo de defender, cumprir e fazer cumprir Abril. E, não adiar, e muito menos recuar, na concretização dos direitos conquistados. É tempo de o Estado recuperar instrumentos estratégicos fundamentais à gestão financeira e económica do país, essenciais à afirmação da nossa soberania e à indispensável subjugação do poder económico ao poder político, rumando decididamente à construção de uma sociedade socialista. Parafraseando o General Vasco Gonçalves: “O futuro com que sonhámos é hoje uma necessidade imperiosa”.

Comemoramos este ano, o Centenário do nascimento do General Vasco Gonçalves, referência primeira da nossa ACR, um dos mais distintos “Capitães de Abril”, Primeiro-Ministro de Portugal, de 18 de Julho de 1974 a 19 de Setembro de 1975, o período mais criativo da Revolução de Abril. Escolhemos para lema das comemorações uma frase retirada de um seu inesquecível discurso: Moral e política vão de par e não se podem dissociar.

A terminar, um alerta para os mais jovens: Não deixem que vos deixem de fora dos ensinamentos da Revolução de Abril.

